



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS  
COMANDO DO PESSOAL**

**MANUAL DE PROCEDIMENTOS  
DO  
REGULAMENTO DE DISCIPLINA MILITAR**

**(PAD 250-01)**

**Março de 2011**

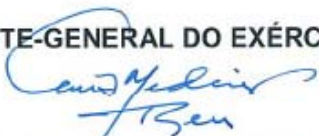
**Página intencionalmente em branco**

## DESPACHO

1. Aprovo, para utilização no Exército, o *PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar*, nos termos do exercício da Autoridade Técnica do Comando do Pessoal, no âmbito da administração dos recursos humanos do Exército.
2. O PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar é uma publicação não classificada e não registada.
3. Podem ser feitos extractos desta publicação sem autorização da entidade promulgadora.
4. O *PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar* entra imediatamente em vigor.

Porto, 22 de Março de 2011

O AJUDANTE-GENERAL DO EXÉRCITO



LUÍS MIGUEL DE NEGREIROS MORAIS DE MEDEIROS  
TENENTE-GENERAL

**Página intencionalmente em branco**

### REGISTO DE ALTERAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO (Nº e DATA)	DATA DA INTRODUÇÃO	ENTRADA EM VIGOR (DATA)	IDENTIFICAÇÃO DE QUEM INTRODUZIU (Ass, Posto, Unidade)

**Página intencionalmente em branco**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1-1</b>
101. Finalidade .....	1-1
102. Âmbito.....	1-2
<b>CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO OU QUEIXA.....</b>	<b>2-1</b>
201. Participação Disciplinar .....	2-1
202. Minuta – Exemplo de Participação .....	2-1
203. Queixa .....	2-2
204. Minuta – Exemplo I de Queixa.....	2-3
205. Minuta – Exemplo II de Queixa.....	2-3
<b>CAPÍTULO 3. DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR .</b>	<b>3-1</b>
301. Introdução.....	3-1
302. Conteúdo .....	3-1
303. Vícios Comuns do Despacho de Instauração.....	3-2
304. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar - Sobre Participação, Queixa ou Denúncia precedente .....	3-3
305. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar - Infracção directamente constatada.....	3-3
306. Minuta – Exemplo de Proposta de Apensação de Processo Disciplinar e do respectivo Termo de Apensação .....	3-4
<b>CAPÍTULO 4. PROCESSO DISCIPLINAR COMUM .....</b>	<b>4-1</b>
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4-1
401. A Audiência e os Direitos do Arguido .....	4-1
402. Notificação ao Arguido da Instauração do Processo Disciplinar .....	4-6
403. Minuta – Exemplo de Notificação de Instauração de Processo Disciplinar .....	4-6
SECÇÃO II – PRODUÇÃO E REGISTO DA PROVA .....	4-8
404. A Instrução do Processo Disciplinar .....	4-8
405. Meios de Prova Admissíveis em Processo Disciplinar .....	4-9
406. Prova Documental .....	4-9
407. Prova Testemunhal.....	4-10
408. Prova por Confissão .....	4-13
409. Prova Pericial.....	4-14
410. Prova por Exame ou Inspeção.....	4-15
411. Vícios Comuns na Fase de Produção e Registo de Prova.....	4-15
412. Minuta – Exemplo de Auto de Inquirição de Testemunha .....	4-18
413. Minuta – Exemplo I de Auto de Acareação de Testemunhas.....	4-19
414. Minuta – Exemplo II de Auto de Acareação de Testemunhas.....	4-20
415. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido .....	4-20
416. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão Integral e Sem Reserva dos Factos .....	4-21

417.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão com Reserva dos Factos .....	4-22
418.	Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão Parcial dos Factos .....	4-23
419.	Minuta - Exemplo de Auto para Prestação de Compromisso de Peritos.....	4-24
<b>SECÇÃO III – ACUSAÇÃO .....</b>		<b>4-24</b>
420.	Acusação .....	4-24
421.	Minuta – Exemplo I de Acusação .....	4-25
422.	Minuta – Exemplo II de Acusação .....	4-27
423.	Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Acusação .....	4-28
424.	Arquivamento.....	4-29
425.	Defesa Escrita .....	4-29
<b>SECÇÃO IV – RELATÓRIO E DECISÃO .....</b>		<b>4-29</b>
426.	Relatório do Oficial Instrutor .....	4-29
427.	Decisão.....	4-32
428.	Notificação da Decisão .....	4-34
429.	Vícios Comuns na Fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão do Processo Disciplinar .....	4-35
430.	Minuta – Exemplo de Relatório Final do Oficial Instrutor.....	4-37
431.	Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Com Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor.....	4-40
432.	Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Sem Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor.....	4-42
433.	Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Decisão.....	4-44
<b>CAPÍTULO 5. PROCESSOS ESPECIAIS.....</b>		<b>5-1</b>
501.	Tipos de Processos Especiais.....	5-1
502.	Processo de Averiguações .....	5-1
503.	Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo de Averiguações ..	5-2
504.	Processos de Inquérito e de Sindicância.....	5-2
<b>CAPÍTULO 6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>		<b>6-1</b>
601.	Meios de Impugnação .....	6-1
602.	Reclamação.....	6-1
603.	Recurso Hierárquico .....	6-1
604.	Recurso de Revisão .....	6-2
605.	Impugnação Contenciosa .....	6-3
<b>ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....</b>		<b>A-1</b>
<b>ANEXO B – REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS.....</b>		<b>B-1</b>



## NOTA PRÉVIA

1. A Publicação Administrativa *PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar* visa a substituição das “*Fichas de Anotações Práticas*”, sobre o “*Processo Disciplinar Militar no domínio do Regulamento de Disciplina Militar (RDM - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/77, de 09Abr)*”, publicadas em 1998, pela Direcção de Justiça e Disciplina, do Comando do Pessoal.
2. A Publicação Administrativa *PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar* segue o modelo preconizado no *PAD 320-01 Publicações do Exército*, com as devidas adequações, ao documento em causa.
3. Após a sua aprovação, a Publicação Administrativa *PAD 250-01 Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar*, passa a estabelecer as bases para a elaboração dos Processos Disciplinares do Exército.
4. À semelhança das restantes publicações do Exército, a *PAD 250-01*, foi sujeito a um período experimental com a duração de um ano, durante o qual todas as U/E/O envolvidas no exercício da aplicação do RDM, aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009 de 22Jul, tiveram a possibilidade de propor alterações.
5. Releva-se que esta publicação estabelece linhas orientadoras a que devem obedecer os procedimentos da aplicação do novo Regulamento de Disciplina Militar, nomeadamente para a elaboração de Processos Disciplinares.

O DIRECTOR DE JUSTIÇA E DISCIPLINA



JOSÉ ANTÓNIO HENRIQUES DINIS

MAJOR-GENERAL

**Página intencionalmente em branco**

## CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

### 101. Finalidade

- a. Na sequência da aprovação do novo Regulamento de Disciplina Militar (RDM), pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho, que veio substituir o anterior Regulamento de Disciplina Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/77, de 09 de Abril, e face às inúmeras alterações de substância e forma introduzidas no novo diploma, premente se tornou a criação de um Manual de Procedimentos do novo RDM, que substituísse as “Fichas de Anotações Práticas” referentes ao “Processo Disciplinar Militar” no domínio do Regulamento de Disciplina Militar (RDM - Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/77, de 09 de Abril), de 1998.
- b. De facto, aquele documento constituiu, ao longo dos anos, uma preciosa ferramenta de auxílio aos Oficiais Instrutores de processos disciplinares militares, permitindo-lhes de forma simples e prática conhecer e aplicar a disciplina contida no anterior RDM.
- c. Não obstante, a evolução constitucional, a revisão do Código de Justiça Militar, a revisão da Lei do Serviço Militar, as inúmeras alterações legislativas na legislação geral do contencioso administrativo e na legislação penal e processual penal e, por fim, do texto do próprio RDM, tornaram desactualizadas as referidas “Fichas de Anotações Práticas”, impondo a sua actualização.
- d. Assim, e partindo da experiência e dos ensinamentos vertidos nessas “Fichas”, o presente Manual de Procedimentos procura, de uma forma simples e acessível, explicitar a aplicação do actual RDM, mantendo uma vertente explicativa e exemplificativa ao longo do seu conteúdo, e apresentando melhorias ao nível da organização sistemática e da apresentação de conteúdos.
- e. A presente publicação nasce assim com o objectivo fundamental de auxiliar os Oficiais Instrutores a instruir devidamente os processos para os quais são nomeados (sejam eles disciplinares, de averiguações, de inquérito ou de sindicância), procurando evitar a prática, por estes, de irregularidades ou imperfeições que podem inquinar os respectivos processos.
- f. Não obstante, é de assinalar que as “minutas exemplo” fornecidas, no presente Manual, devem ser lidas apenas e somente como meros exemplos de peças processuais conformes aos preceitos legais aplicáveis e, nessa medida, podem e

devem ser utilizadas pelos Oficiais Instrutores, carecendo porém sempre de devida adequação e adaptação às circunstâncias de cada caso concreto.

102. Âmbito

- a. A Publicação PAD 250-01 – Manual de Procedimentos do Regulamento de Disciplina Militar, aplica-se a todas as actividades das Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O) do Exército.
- b. Este Manual encontra-se organizado em seis capítulos:
  - (1) No Primeiro Capítulo, “Introdução”, é definida a finalidade e o âmbito de aplicação do presente Manual;
  - (2) No Segundo Capítulo, “Participação ou Queixa”, é definido o conceito de Participação e Queixa, do RDM, com o correspondente enquadramento legal e exemplificação prática;
  - (3) No Terceiro Capítulo, “Despacho de Instauração do Processo Disciplinar”, é tratado o despacho que instaura o Processo Disciplinar, com o correspondente enquadramento legal e exemplificação prática;
  - (4) No Quarto Capítulo, “Processo Disciplinar Comum”, é tratada toda a tramitação processual do processo disciplinar comum, nela se incluindo a audiência e os direitos do Arguido, e toda a instrução processual, até à Decisão Final.
  - (5) No Quinto Capítulo, são tratados os Processos Especiais de Averiguações, de Inquérito e de Sindicância, com o correspondente enquadramento legal.
  - (6) No Sexto Capítulo, são tratados os meios impugnatórios ao dispor do Arguido, com o correspondente enquadramento legal.

## CAPÍTULO 2. PARTICIPAÇÃO OU QUEIXA

### 201. Participação Disciplinar

- a. A participação de facto passível de sanção disciplinar praticado por militar é dever de todo o superior hierárquico que o tenha presenciado ou dele tomado conhecimento e não disponha de competência para instaurar o respectivo procedimento (Art.º 84.º n.º 1 do RDM).
- b. De igual forma, todo aquele que, não sendo militar, tenha presenciado ou tomado conhecimento de facto passível de sanção disciplinar praticado por militar pode participá-lo ao superior hierárquico deste, devendo descrevê-lo da forma mais exacta possível (Art.º 84.º n.º 2 do RDM).
- c. Caso o militar detenha competência para instaurar o procedimento disciplinar, já não deverá elaborar Participação, mas sim reduzir a Auto os factos ilícitos presenciados, exarando o respectivo despacho de instauração de processo disciplinar (ver Ponto n.º 2 relativo ao Despacho de Instauração do Processo Disciplinar).
- d. Quanto ao conteúdo da Participação, o RDM nada dispõe, pelo que há que recorrer, subsidiariamente, ao disposto na legislação processual penal (cf. Art.º 10.º do RDM, conjugado com o Art.º 243.º do Código de Processo Penal - doravante CPP).
- e. Assim, a Participação deverá conter:
  - (1) Os factos que constituem o ilícito disciplinar;
  - (2) O dia, a hora, o local e as circunstâncias em que o ilícito disciplinar foi cometido; e
  - (3) Todos os elementos relativos à identificação dos agentes e dos ofendidos, bem como os meios de prova conhecidos, nomeadamente das testemunhas que puderem depor sobre os factos.

### 202. Minuta – Exemplo de Participação

*Exmo. Sr. ... (Comandante, Director ou Chefe)*

*Para os devidos efeitos legais, participo que no dia ... pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O – local da infracção], F..... [posto e nome] encontrando-se superiormente nomeado para serviço de Oficial de Dia, não compareceu na Unidade, faltando ao serviço, sem qualquer causa justificativa.*

*São testemunhas dos factos constatados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil e Morada completa):*

*D...*

*E...*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Participante ..... [Assinatura e Posto]*

203. Queixa

- a. Ao militar assiste o direito de queixa contra superior quando por este for praticado qualquer acto que configure violação de um dever militar e do qual resulte para o inferior lesão dos seus direitos (Art.º 85.º n.º 1 do RDM).
- b. A queixa deve ser realizada no prazo de 5 dias úteis sobre o facto que a determinou, por escrito, e dirigida pelas vias competentes ao superior hierárquico do militar de quem se faz a queixa. Esta não carece de autorização, devendo, porém, ser precedida de comunicação ao militar de quem se faz queixa. (Art.º 85.º n.ºs 2 e 3 do RDM).
- c. A não comunicação prévia da realização de queixa, ao superior hierárquico, importa, para o militar queixoso responsabilidade disciplinar por violação do dever de lealdade previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea f) do RDM.
- d. Caso a queixa seja efectuada extemporaneamente, ou seja, fora do prazo legal de 5 dias úteis, a que se refere o Art.º 85.º n.º 2 do RDM, a mesma valerá como participação dos factos ilícitos, não podendo a entidade competente para determinar a instauração do processo disciplinar deixar de os conhecer por força de ter expirado o prazo para realização da queixa, porém, nesta hipótese, o militar queixoso perde todos os direitos inerentes à posição de queixoso, o que vale por dizer que perde o direito de ser ouvido no processo como queixoso, bem como o direito de ser notificado do despacho liminar que proceda ao arquivamento da sua queixa (Art.º 89.º n.º 2 do RDM), e, ainda, o direito de interpor recurso hierárquico do despacho liminar que mande arquivar a queixa (Art.º 85.º n.º 4, 89.º n.º 2 e 122.º n.º 2, todos do RDM).

204. Minuta – Exemplo I de Queixa

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., e na ... [U/E/O], perante mim S... [nome e posto de quem recebe a queixa], compareceu M... [identificação do queixoso], o qual referiu que no dia ... pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O – local da infracção], F..... [posto e nome do Infractor] lhe ordenou que procedesse à limpeza de todo o equipamento utilizado no Exercício Militar X, tendo durante a referida limpeza, por diversas vezes, insultado M... [identificação do queixoso], com os seguintes termos (...)*

*Mais referiu serem testemunhas dos factos alegados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil, e Morada completa):*

*D...*

*E...*

*Para efeitos do artigo 85.º n.º 3 do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), o queixoso declarou ter previamente informado F... [posto e nome do Infractor] da apresentação da presente queixa.*

*Lido o presente auto e achado conforme, vai o mesmo assinado pelo queixoso e por mim.*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Queixoso ..... [Assinatura e Posto]*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

205. Minuta – Exemplo II de Queixa

*Exmo. Sr. Comandante (Director ou Chefe)*

*M... [identificação do queixoso - posto e nome], vem, por este meio, apresentar queixa de F... [posto e nome do Infractor], pelo facto de, no dia ... pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O – local da infracção], este lhe ter ordenado que procedesse*

*à limpeza de todo o equipamento utilizado no Exercício Militar X, tendo durante a referida limpeza, por diversas vezes, insultado M... [identificação do queixoso], com os seguintes termos (...).*

*São testemunhas dos factos alegados (Identificação completa das testemunhas – Nome, NIM/Posto ou Identificação Civil, e Morada completa):*

*D...*

*E...*

*Para efeitos do artigo 85.º n.º 3 do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), declaro que previamente informei F... [posto e nome do Infractor] da apresentação da presente queixa.*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Queixoso ..... [Assinatura e Posto]*



### CAPÍTULO 3. DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

#### 301. Introdução

- a. O Despacho de Instauração do Processo Disciplinar é o acto processual mediante o qual a entidade competente determina que se inicie um processo disciplinar. Constitui, pois, o primeiro acto do processo disciplinar.
- b. A entidade competente para proferir o despacho de instauração é aquela que tiver competência disciplinar, a qual assenta no poder de comando, direcção ou chefia e nas correspondentes relações de subordinação (Art.º 64.º do RDM).
- c. O exercício da acção disciplinar não depende de participação, queixa ou denúncia (Art.º 74.º do RDM).
- d. O processo disciplinar é imediata e obrigatoriamente instaurado sempre que haja conhecimento de actos que possam implicar a responsabilidade disciplinar de algum ou alguns militares, devendo esse facto ser imediatamente notificado ao arguido (Art.º 75.º do RDM).
- e. Para todas as infracções é organizado um único processo disciplinar a cada arguido (Art.º 88.º n.º1 do RDM). No entanto, se existirem vários processos disciplinares contra o mesmo arguido, procede-se à apensação dos mais recentes ao mais antigo, sendo a sua apreciação feita em conjunto (Art.º 88.º n.º2 do RDM). Significa que se contra um arguido estiver a decorrer um processo disciplinar e na pendência deste o militar praticar nova infracção, deverá o novo processo disciplinar ser apenso ao anterior, sendo a apreciação do grau de culpa feita em conjunto.

#### 302. Conteúdo

O despacho de instauração de processo disciplinar deve conter:

- a. Sintética fundamentação de facto e de direito, a qual poderá remeter para a participação, queixa ou denúncia, se as houver, formulando um juízo de valor quanto à potencial ilicitude dos factos, de modo a justificar o procedimento disciplinar (a decisão de instaurar processo disciplinar contra um determinado arguido, resulta da ponderação que a entidade competente fará dos factos que àquele são imputados, face aos deveres militares a que se encontra obrigado; não é, por conseguinte, uma decisão arbitrária ou “caprichosa”; é essa

ponderação que, de modo muito sucinto, deve ficar consignada no despacho de instauração) – Art.º 268.º n.º 3 da Constituição da República Portuguesa - doravante CRP - e Arts. 124.º e 125.º do Código do Procedimento Administrativo - doravante CPA.

- b. O nome e o posto do (s) arguido (s).
- c. A nomeação do Oficial Instrutor com indicação do nome e posto, o qual deverá ser de posto e antiguidade superior ao do arguido, havendo preferência, de entre estes, os que sejam licenciados em Direito (Art.º 90.º do RDM)
- d. A data, assinatura e identificação de quem despacha.

### 303. Vícios Comuns do Despacho de Instauração

Passamos a identificar possíveis vícios do despacho de instauração:

- a. Omissão de algum ou alguns dos elementos essenciais indicados supra (fundamentação, identificação do arguido, nomeação do Oficial Instrutor) – Este vício pode ser evitado sendo proferido um novo despacho de instauração completo e sinteticamente fundamentado.
- b. Deixar ao critério do Oficial Instrutor a continuação de um processo de averiguações como processo disciplinar [exemplificando: “Ao Sr. Capitão Pinho para proceder a processo de averiguações e disciplinar se para tal houver matéria”]; muito embora a continuação de um processo de averiguações como disciplinar seja possível, tal não dispensa a entidade competente de proferir despacho de instauração de processo disciplinar (Art.º 109.º n.º 2 do RDM) – Este vício pode ser evitado se o Comandante, Director ou Chefe proferir despacho de instauração do processo disciplinar, após a conclusão ou termo do processo de averiguações, se entender que o mesmo deve continuar como processo disciplinar.
- c. Abrir um processo de averiguações quando são conhecidos os factos e o(s) seu(s) autor(es), dados estes suficientes para instaurar desde logo um processo disciplinar – Este vício pode ser evitado se apenas for empregue o processo de averiguações “quando existam quaisquer indícios de infracção disciplinar que não sejam suficientes ou sérios, ou desconhecidos os seus autores” (Art.º 109.º n.º 1 do RDM). Em todas as restantes situações, deve instaurar-se directamente processo disciplinar.

304. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar - Sobre Participação, Queixa ou Denúncia precedente

*Considerando que os factos constantes da presente participação [queixa ou denúncia] indiciam a prática de infracção disciplinar, instaure-se processo disciplinar contra F ..... [posto, NIM e nome], nos termos previstos no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e, designadamente, dos Arts. 7.º, 74.º e 75.º do referido Regulamento.*

*Para Oficial Instrutor nomeio S ... [posto e nome], a quem a Secretaria deverá fazer a entrega do presente despacho, participação [queixa ou denúncia] e demais documentos [se os houver].*

*... (Local), ... de ..... de ...*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

305. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo Disciplinar - Infracção directamente constatada

*No passado dia ... pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O – local da infracção], ao atravessar a parada da Unidade, constatei que F... [posto, NIM e nome] ordenava a M... [posto e nome] que realizasse um exercício não previsto no plano de instrução, e que consistia em efectuar extensões de braços no solo, apoiando no chão os punhos fechados, diante de outros camaradas do seu Pelotão que se encontravam a efectuar um exercício previsto no plano de instrução*

*Considerando que tal facto indicia a prática de infracção disciplinar instaure-se processo disciplinar contra F..., nos termos previstos no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e, designadamente, dos Arts. 7.º, 74.º e 75.º do referido Regulamento.*

*Para Oficial Instrutor nomeio S ... [posto, NIM e nome], a quem a Secretaria deverá fazer a entrega do presente despacho.*

*... (Local), ... de ..... de ...*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

306. Minuta – Exemplo de Proposta de Apensação de Processo Disciplinar e do respectivo Termo de Apensação

*PROPOSTA DE APENSAÇÃO*

*Dado que sobre o arguido, F... [posto, NIM e nome], correm presentemente dois processos disciplinares, não tendo ainda sido deduzida a Acusação em nenhum deles e não resultando qualquer inconveniente para a administração da acção disciplinar, proponho, nos termos do artigo 88.º n.º 2 do Regulamento de Disciplina Militar, a apensação ao Processo n.º 08/2009, instaurado em 21SET09, do Processo Disciplinar nº 11/2009, instaurado em 03OUT09.*

*... (Local), ... de ..... de ...*

*O Oficial Instrutor..... [Assinatura e Posto]*

*AUTORIZO.*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

*TERMO DE APENSAÇÃO*

*Aos ... dias do mês de ... de ..., apenso aos presentes autos o Processo Disciplinar nº 11/2009, instaurado ao arguido F... [posto, NIM e nome], constituído por folhas numeradas de \_\_\_\_ a \_\_\_\_, em cumprimento do Despacho do Exmo. Comandante de fls. \_\_\_\_.*

*... (Local), ... de ..... de ...*

*O Oficial Instrutor..... [Assinatura e Posto]*

## CAPÍTULO 4. PROCESSO DISCIPLINAR COMUM

### SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 401. A Audiência e os Direitos do Arguido

Assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for instaurado processo disciplinar (Art.º 75.º do RDM).

São direitos fundamentais do arguido, os seguintes:

- a. O direito de ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar (Art.º 75.º *in fine* do RDM).
- b. O direito de ser ouvido a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas (Art.º 94.º n.º 2 do RDM).
- c. O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).
- d. O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).
- e. O direito de receber uma Acusação onde, para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidas, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).
- f. O direito de apresentar, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).
- g. O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).
- h. O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).
- i. O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º do RDM).

- j. O direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Arts. 121.º e seguintes do RDM).

No desenvolvimento dos direitos que enunciamos, importa considerar:

- a. Direito do arguido ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar.

- (1) Tal direito vem previsto no Art.º 75.º *in fine* do RDM, sendo a primeira comunicação ao arguido de que contra ele foi instaurado um processo disciplinar.

- (2) A falta desta comunicação constituirá uma nulidade, que não será insanável, nem de conhecimento oficioso, e que se considerará sanada, se não for expressamente invocada pelo arguido, ou seu defensor, até ao decurso do prazo previsto para a emissão da decisão final a que se refere o Art.º 106.º do RDM.

- (3) Não obstante, se invocada, em tempo, pelo arguido ou pelo seu defensor, afectará todos os actos que já tiverem sido praticados no processo, obrigando à sua repetição, sendo, pois, de sobremaneira importante cumprir esta exigência legal.

- b. O direito de ser ouvido, a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas.

- (1) Tal direito encontra-se previsto no Art.º 94.º n.º 2 do RDM, constituindo um direito fundamental do arguido.

- (2) A violação deste direito constituirá uma nulidade insanável por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alínea a) do RDM.

- c. O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).

- (1) Relativamente aos factos que lhe são imputados, e que podem configurar elementos constitutivos de infracção disciplinar, o Arguido tem o direito ao silêncio, tanto podendo calar-se como responder afirmativa ou negativamente e daqui deriva que ele não pode ver desfavorecida a sua posição por não ter exercido o direito ao silêncio, o qual não pode ser de modo algum valorado como indício ou presunção de culpa, nem ser atendido para efeito de fixação de pena disciplinar.

- (2) Como foi entendido no Acórdão do STJ de 30 de Janeiro de 2002 (Proc. N.º 3063/01 – 3.ª; SASTJ, n.º 57,70) «*Se o direito ao silêncio não pode prejudicar, também não beneficia o arguido que dele usa, desde logo porque não significa confissão, nem também traz ao de cima arrependimento*»
- d. O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).
- (1) Para concretização da sua defesa pode o arguido indicar testemunhas ou quaisquer outros meios de prova, ou seja, exames, inspecções, reconstituições, peritagens, etc.
- (2) A regra é a de que todas as testemunhas indicadas devem ser ouvidas, assim como deverão ser realizadas as demais diligências de prova requeridas, devendo ser indeferidas apenas as diligências consideradas desnecessárias, inúteis, impertinentes ou dilatórias (Art.º 94.º n.º 5 do RDM).
- (3) O indeferimento das diligências requeridas, com base nesse fundamento, deverá constar de despacho fundamentado, despacho este que deve ser notificado ao arguido. Em caso de dúvida será sempre preferível realizar a diligência de prova requerida pelo arguido, uma vez que a sua omissão, se for considerada relevante para a descoberta da verdade, constitui nulidade insanável, por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alínea c) do RDM.
- e. O direito de receber uma Acusação onde, para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidas, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).
- (1) A Acusação deve conter todos os factos que se imputem ao arguido com relevância disciplinar, circunstanciando devidamente as condições de tempo, modo e lugar, incluindo aqueles que consubstanciem circunstâncias agravantes ou atenuantes (Art.º 40.º e 41.º do RDM), bem como os deveres militares e normas infringidas e o prazo para apresentação de defesa.
- (2) O objectivo fundamental da Acusação é dar a conhecer ao arguido a factualidade que lhe é imputada, ou seja, de que é acusado, de modo a permitir-lhe exercer o direito de defesa; esse objectivo só será alcançado se,

com transparência e objectividade, se reduzirem a escrito os factos que determinaram a instauração do processo disciplinar.

- (3) A omissão da notificação da Acusação ao arguido, bem como a insuficiente individualização na acusação das infracções imputadas e dos correspondentes preceitos legais violados, constituirá nulidade insanável por força do disposto no Art.º 78.º n.º 1 alíneas a) e b) do RDM.

- f. O direito de apresentar, por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).

Na sua defesa, o arguido, deve expor, de forma clara e concisa, as razões de facto e de direito da discordância relativamente à Acusação, bem como indicar o seu rol de testemunhas e requerer a realização de quaisquer outras diligências de prova.

- g. O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).

- (1) Nos termos do Art.º 77.º n.º 1 do RDM, o arguido pode constituir defensor, podendo este ser advogado ou oficial das Forças Armadas.

- (2) O defensor pode assistir ao interrogatório do arguido e a todas as diligências em que este participe, a suas expensas e sob sua responsabilidade (Art.º 77.º n.º 2 do RDM)

- (3) Assim, é admissível a intervenção, no processo disciplinar, do defensor do arguido, sendo, no entanto, indispensável que o mesmo junte documento que lhe confira poderes para tal.

- h. O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).

- (1) A fim de preparar a sua defesa pode o arguido, por si ou por intermédio do seu defensor constituído, consultar o seu processo disciplinar, dentro do horário normal de funcionamento da respectiva U/E/O (Arts. 76.º e 100.º n.º 1 do RDM).

- (2) Com o mesmo fim, pode ainda o arguido, por si ou por intermédio do seu defensor constituído, requerer a passagem de certidões de peças do processo disciplinar, ficando estes vinculados ao dever de segredo. (Art.º 76.º n.º 2 do RDM). A passagem de certidões, mediante requerimento escrito dirigido ao Oficial Instrutor do processo, só é permitida quando destinadas à defesa de interesses legítimos, devendo o requerimento especificar o fim a



que se destinam e podendo ser proibida a sua divulgação (Art.º 76.º n.º 3 do RDM).

(3) O indeferimento do requerimento supra referido deve ser fundamentado e comunicado ao interessado no prazo de 7 dias úteis (Art.º 76.º n.º 4 do RDM).

(4) Por fim, pode ainda, o arguido ou o seu defensor, requerer, por escrito ou verbalmente, a confiança do processo, sempre que das peças pretendidas para a defesa não lhe possam ser fornecidas fotocópias (Art.º 100.º n.º 2 do RDM e Art.º 169.º n.º 1 do Código de Processo Civil – doravante CPC).

(5) Compete à U/E/O facultar a confiança do processo, pelo prazo de 5 dias, corridos, que pode ser reduzido se causar embaraço grave ao andamento do processo, sendo que se o processo não for entregue, pelo requerente, dentro do prazo fixado, pode haver lugar à aplicação de multa (Art.º 169.º n.º 3 e Art.º 170.º do CPC).

i. O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º n.º 2 do RDM).

Ao arguido é facultado o direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo sempre que ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º n.º 1 e 2 do RDM), designadamente:

(1) Se o Oficial Instrutor tiver sido directa ou indirectamente atingido pela infracção;

(2) Se o Oficial Instrutor for parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral do arguido, do participante ou do militar, funcionário, agente ou particular ofendido, bem como de alguém que com os referidos indivíduos viva em economia comum;

(3) Se estiver pendente em tribunal processo em que o Oficial Instrutor e o arguido ou o participante sejam partes;

(4) Se o Oficial Instrutor for credor ou devedor do arguido ou do participante ou de algum parente na linha recta ou até ao 3.º grau na linha colateral;

(5) Se houver inimizade grave ou grande intimidade entre o arguido e o Oficial Instrutor, ou entre este e o participante ou ofendido.

(6) Com os mesmos fundamentos pode o Oficial Instrutor do processo pedir escusa (dispensa de funções), à entidade que o nomeou (Art.º 91.º n.º 1 do RDM).

j. Direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Art.º 121.º e seguintes do RDM).

(1) É um direito do arguido, solicitar a reapreciação, pela via administrativa ou jurisdicional, das decisões em matéria disciplinar, com as quais não se conforme.

(2) No âmbito do Regulamento de Disciplina Militar, pode o arguido impugnar as decisões em matéria disciplinar, por quatro meios:

(1) Reclamação;

(2) Recurso Hierárquico;

(3) Recurso de Revisão;

(4) Impugnação Contenciosa.

402. Notificação ao Arguido da Instauração do Processo Disciplinar

a. Após o despacho de instauração do processo disciplinar, o arguido deve, nos termos do Art.º 75.º *in fine* do RDM, ser imediatamente notificado da pendência, contra si, de um processo disciplinar.

b. Tal notificação deverá conter:

(1) Data do despacho de instauração e identificação da entidade subscritora do mesmo.

(2) N.º do Processo Disciplinar.

(3) Direitos que assistem ao arguido, nos termos do Regulamento de Disciplina Militar.

(4) Identificação do Oficial Instrutor nomeado.

(5) Indicação de que, nos termos do Art.º 76.º do RDM, o processo disciplinar é de natureza secreta até à notificação da Acusação, apenas lhe sendo legalmente permitida a consulta do processo ou a passagem de certidões, após esse acto.

403. Minuta – Exemplo de Notificação de Instauração de Processo Disciplinar

*Pela presente fica o [posto, NIM e nome do arguido] notificado de que por despacho de .../.../....., do Exmo. Comandante de ....., foi constituído arguido no processo disciplinar n.º ....., que corre termos na Secção de Pessoal, tendo sido nomeado Oficial Instrutor do mesmo S ... [posto e nome].*

*Nos termos do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), assistem-lhe os seguintes direitos:*

- a) O direito de ser imediatamente notificado da instauração, contra si, de um processo disciplinar (Art.º 75.º in fine do RDM).
- b) O direito de ser ouvido a seu requerimento, ou sempre que o Oficial Instrutor do processo disciplinar o reputar conveniente, até se ultimar a instrução, podendo ser acareado com testemunhas (Art.º 94.º n.º 2 do RDM)
- c) O direito de não responder sobre os factos que lhe são imputados (Art.º 94.º n.º 3 do RDM).
- d) O direito de requerer, durante a instrução, ao Oficial Instrutor a realização de diligências probatórias para que este tenha competência e que forem consideradas por aquele como essenciais ao apuramento da verdade, podendo ainda oferecer prova ao processo (Art.º 94.º n.º 4 do RDM).
- e) O direito de receber uma Acusação onde para além da sua identidade, sejam especificados os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidos, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º n.º 1 do RDM).
- f) O direito de apresentar por escrito, a sua defesa, no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação (Art.º 99.º n.º 1 do RDM).
- g) O direito de constituir defensor e de, por seu intermédio, intervir no processo (Art.º 77.º do RDM).
- h) O direito de consultar o processo e de requerer a passagem de certidões do mesmo (Art.º 76.º do RDM).
- i) O direito de opor suspeição do Oficial Instrutor do processo disciplinar, sempre que suspeite da sua isenção ou imparcialidade (Art.º 91.º do RDM).
- j) O direito de impugnar, pelos meios legalmente previstos, as decisões em matéria disciplinar (Art.º 121.º e seguintes do RDM)

*Tem o dever de responder com verdade sobre a sua identidade e antecedentes criminais, bem como sujeitar-se a diligências de prova e comparecer quando tal seja determinado pela entidade competente (Art.º 61.º n.º 3 do CPP).*

*De acordo com o previsto no Art.º 76.º do RDM, o processo disciplinar é de natureza secreta até à notificação da Acusação, apenas lhe sendo legalmente permitida a consulta do processo ou a passagem de certidões, após esse acto.*

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]

## *SECÇÃO II – PRODUÇÃO E REGISTO DA PROVA*

### 404. A Instrução do Processo Disciplinar

- a. A instrução do processo disciplinar deve iniciar-se no prazo de 5 dias úteis, contados da data da notificação ao Oficial Instrutor do despacho que o nomeou e concluir-se no prazo de 30 dias úteis, contados do início da instrução (Art.º 93.º n.º 1 do RDM). Este prazo pode ser prorrogado em circunstâncias excepcionais, nos termos previstos nos n.ºs 3 e 4 do Art.º 93.º do RDM.
- b. Nesta fase, o Oficial Instrutor deve autuar a participação, queixa, denúncia, auto ou ofício que contenha o despacho liminar de instauração e proceder às diligências convenientes para a instrução, designadamente ouvindo o participante, o queixoso, o denunciante e as testemunhas conhecidas, procedendo a exames e mais diligências que possam esclarecer a verdade e fazendo juntar aos autos o certificado do registo disciplinar do arguido (Art.º 94.º n.º 1 do RDM).
- c. A produção e o registo de prova tem, no processo disciplinar, a finalidade do apuramento exaustivo de todos os factos relevantes para uma completa descoberta da verdade, tendo em vista a relevância disciplinar da conduta imputada ao arguido e consequente decisão final do processo, a proferir pela entidade competente.
- d. Quer isto dizer que, no processo disciplinar:
  - (1) Porque a prova não se destina, apenas, a recolher indícios, mas antes a apurar factos concretos, geradores (ou não) de responsabilidade disciplinar, devem todas as diligências probatórias ser conduzidas com o maior rigor;
  - (2) Porque a decisão final a proferir no processo disciplinar não pode vacilar, isto é, não pode assentar em pressupostos frágeis e insuficientes, todas as diligências probatórias devem primar pela profundidade da investigação, apurando-se exaustivamente tudo o que for relevante para a descoberta da verdade, no sentido de se saber se o militar arguido deve, ou não, ser punido;
  - (3) Porque o processo disciplinar tem arguido (ao contrário do processo de averiguações, que não o tem), tem este o elementar direito de defesa que consiste em poder contrariar a prova que, eventualmente, lhe seja desfavorável. E como poderá fazê-lo? Usando em sua defesa, quaisquer meios de prova, susceptíveis de sustentar a sua inocência ou, dito de outro modo, susceptíveis de contrariar ou abalar a prova que lhe seja prejudicial. É

esta contrariedade que, com a limitação expressa prevista no n.º 2 do Art.º 103.º do RDM, deve ser sempre respeitada e, mesmo, seguida pelo Oficial Instrutor, pois dela deverá sempre resultar, desde que bem utilizada, um mais completo apuramento da verdade material.

405. Meios de Prova Admissíveis em Processo Disciplinar

- a. O RDM não enumera, nem define, quais os meios de prova admissíveis, apenas referindo que devem ser realizadas, por iniciativa do Oficial Instrutor ou a requerimento do arguido, todas as diligências de provas necessárias para o apuramento da verdade material.
- b. Significa isto que, por remissão expressa do RDM (*vide* Art.º 10.º do RDM), serão aplicáveis, nesta sede, e com as devidas adaptações, os preceitos constantes da lei processual penal.
- c. Dos vários meios de prova consagrados no Direito Processual Penal, destacaremos, em seguida, os que maior relevância e utilidade poderão ter no processo disciplinar militar:
  - (1) Prova Documental;
  - (2) Prova Testemunhal;
  - (3) Prova por Confissão;
  - (4) Prova Pericial;
  - (5) Prova por Exame ou Inspeção.

406. Prova Documental

A prova documental consiste na junção aos Autos dos documentos idóneos e adequados à comprovação de determinados factos. Exemplificando:

- a. Fotocópia autenticada da Folha de Matrícula do arguido, para prova dos antecedentes disciplinares.
- b. Fotocópia autenticada do horário de instrução, para prova de que a certa hora do dia estava superiormente determinada a realização de Instrução de Técnica Individual de Combate, ou de qualquer outro tipo de instrução.
- c. Fotocópias autenticadas das partes pertinentes do Manual Técnico de Educação Física do Exército, para prova de que certo exercício físico cuja execução foi ordenada a um pelotão não constitui prática regulamentar e autorizada.

- d. Relatório clínico ou sua fotocópia autenticada para prova das lesões, provocadas na pessoa de terceiros pelo arguido.
- e. Os documentos devem ser integrados no processo mediante o adequado “termo de juntada” e dele passam a fazer parte como verdadeiras peças processuais, das quais o Oficial Instrutor extrairá os factos relevantes para o apuramento da verdade e valoração disciplinar da conduta do arguido (Arts. 164.º e seguintes do CPP).

407. Prova Testemunhal

- a. A prova testemunhal consiste na inquirição de quaisquer pessoas sobre os factos que constituem a realidade subjacente ao processo disciplinar, no sentido de apurar exhaustivamente a verdade. Trata-se, por conseguinte, de obter informação sobre todos os factos relevantes através da formulação de perguntas pertinentes e registo das correspondentes respostas.
- b. A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento directo e que constituam objecto da prova (Art.º 128.º n.º 1 do CPP), devendo responder com verdade sobre os factos de que possua conhecimento e que constituam objecto de prova (Art.º 96.º n.º 1 do RDM).
- c. A prova testemunhal indirecta, ou seja, quando o depoimento resultar do que se ouviu dizer a pessoas determinadas, apenas poderá ser válida se o Oficial Instrutor chamar as mesmas a depor. Se o não fizer, o depoimento produzido não pode, naquela parte, servir como meio de prova, salvo se a inquirição das pessoas indicadas não for possível por morte, anomalia psíquica superveniente ou impossibilidade de serem encontradas (Art.º 129.º n.º 1 do CPP).
- d. Tem capacidade para depor como testemunha todo aquele que não estiver interdito por anomalia psíquica, tiver aptidão física e mental para depor sobre os factos que constituam objecto de prova, cabendo ao Oficial Instrutor avaliar aquela aptidão (Art.º 131.º do CPP).
- e. Não tem capacidade para depor como testemunha, quem tiver no processo algum empenhamento, directo ou indirecto. Assim, encontram-se impedidos de depor, como testemunhas, o arguido e os co-arguidos no mesmo processo ou em processos conexos, enquanto mantiverem aquela qualidade; o queixoso; e os peritos em relação às perícias que tiverem realizado (Art.º 133.º do CPP), nada obstando, porém, que o arguido e/ou co-arguidos, bem como o queixoso,

deponham como declarantes, se tal se mostrar necessário à descoberta da verdade. Quanto ao participante, ele poderá depor como testemunha, uma vez que aquela sua qualidade não o torna (ou, pelo menos, não o deverá tornar) especialmente interessado no desfecho do processo.

- f. Podem legitimamente recusar-se a depor como testemunhas (Art.º 134.º do CPP):
  - (1) Os descendentes, os ascendentes, os irmãos, os afins até ao 2.º grau, os adoptantes, os adoptados e o cônjuge do arguido;
  - (2) Quem tiver sido cônjuge do arguido ou quem, sendo de outro ou do mesmo sexo, com ele conviver ou tiver convivido em condições análogas às dos cônjuges, relativamente a factos ocorridos durante o casamento ou a coabitação.
- g. No acto da inquirição deve, o Oficial Instrutor, advertir as pessoas atrás referidas, sob pena de nulidade, da faculdade que lhes assiste de recusarem o depoimento. Caso a pessoa a inquirir pretenda fazer valer essa sua qualidade, para se recusar a depor, deverá, o Oficial Instrutor, lavrar Auto de Inquirição no qual se limitará a consignar que o inquirido invocou e provou a sua qualidade (descendente, ascendente, etc.), razão pela qual recusou prestar depoimento.
- h. Podem invocar segredo profissional padres, advogados, médicos, jornalistas, membros de instituições de crédito e, em geral, qualquer pessoa a quem a lei permitir ou impuser que guarde segredo profissional. As pessoas nestas condições podem, legitimamente, escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo. Também neste caso haverá que reduzir a diligência a auto, consignando a qualidade do inquirido que fundamenta a escusa de prestar depoimento sobre determinados factos.
- i. Haverá, ainda, que ter em conta a existência das chamadas prerrogativas de inquirição, que se encontram reguladas no Art.º 139.º do CPP e no Art.º 624.º do CPC, entre as quais, pelo seu interesse para o processo disciplinar militar, se destacam:
  - (1) Os Oficiais Gerais das Forças Armadas;
  - (2) Os Altos Dignitários das Confissões Religiosas (Bispo e superior).
- j. As referidas prerrogativas de inquirição são as seguintes:
  - (1) Ser inquirido na sua residência ou na sede do respectivo serviço;
  - (2) Prestar o depoimento por escrito.

- k. Neste caso, o Oficial Instrutor deve, por qualquer meio, dar conhecimento à testemunha de que foi indicada para depor, indagando sobre se pretende usar das “prerrogativas de inquirição” (naturalmente o Oficial Instrutor deverá lançar cota nos Autos dando conta desta diligência e do resultado da mesma); Se for o caso, acertar-se-á o dia, hora e local para se proceder à inquirição; Se, ao invés, a pessoa ou entidade em questão preferir depor por escrito, o Oficial Instrutor dar-lhe-á a conhecer, por escrito, a matéria sobre a qual deverá recair o depoimento, de preferência formulando-lhe “quesitos”; A testemunha deverá remeter ao Oficial Instrutor, no prazo de 10 dias, corridos, uma declaração escrita, sob compromisso de honra, relatando o que sabe quanto aos factos indicados; o Oficial Instrutor poderá, uma única vez, solicitar esclarecimentos igualmente por escrito, para a prestação dos quais haverá um prazo de 10 dias, corridos (Art.º 626.º do CPC).
- l. Quais os princípios gerais que devem ser observados em qualquer inquirição de testemunhas?
- (1) Nunca é demais insistir na imperiosa necessidade de trazer para o processo os factos (e não os juízos de valor) que poderão caracterizar a conduta do arguido, requisito este que tem tanta relevância na elaboração da Acusação, como na produção dos depoimentos testemunhais; significa isto que a testemunha deve ser objectivamente perguntada sobre tudo o que sabe acerca dos factos que constituem a Acusação e/ou a Defesa e as suas respostas devem ser registadas com rigor e precisão, de modo a traduzir fielmente aquele conhecimento.
  - (2) A testemunha não deve, por conseguinte, emitir opiniões ou juízos de valor, mas tão só dizer aquilo que viu ou ouviu, descrevendo com o maior pormenor possível tudo o que sabe; [na verdade o meio processual adequado ao registo de opiniões ou juízos de valor (quando necessários) é o da prova pericial e não o da prova testemunhal].
  - (3) A testemunha deve, também, ser inquirida quanto à chamada “razão de ciência”, isto é, quanto aos motivos e forma pela qual veio a ter conhecimento dos factos sobre os quais presta depoimento [exemplificando: “viu (...) porque, estando de Oficial de Dia, ocupava o respectivo gabinete cuja janela tem vista para a Parada e, ao abri-la para renovar o ar, observou que (...)” – “ouviu porque, na ocasião acompanhava F..., dirigindo-se com este ao bar de praças onde iam tomar um café, quando C... se aproximou e disse (...)” –



“sabe (...), não porque alguma vez tenha presenciado, mas porque várias vezes em ocasiões anteriores F... se lhe havia queixado de (...)”].

- m. Como dissipar contradições entre depoimentos de testemunhas diferentes?
- (1) Recorrendo à figura da “acareação”. Trata-se da diligência em que o Oficial Instrutor confronta duas ou mais testemunhas acerca das contradições existentes nas suas declarações, entre estas, ou entre estas e o arguido (Art.º 94.º n.º 2 do RDM e Art.º 146.º n.º 1 do CPP). Esta diligência pode ser realizada oficiosamente – por iniciativa do Oficial Instrutor – ou mediante requerimento do arguido ou do seu defensor.
  - (2) O conteúdo da acareação deve ser reduzido a Auto, porquanto se trata de uma diligência probatória autónoma, traduzida num “depoimento testemunhal colectivo”, para o qual valem aliás, todas as recomendações feitas quanto ao depoimento testemunhal simples.

408. Prova por Confissão

- a. A prova por confissão consiste em o arguido assumir, de forma livre e consciente, a prática dos factos que lhe são imputados. A confissão poderá ser:
  - (1) Integral ou parcial;
  - (2) Sem reservas ou com reservas.
- b. Considera-se confissão integral aquela que abrange a totalidade dos factos que são imputados ao arguido; verifica-se confissão parcial quando esta se reporta apenas a algum ou alguns dos factos que constituem a Acusação.
- c. A confissão será sem reservas quando não acrescenta novos factos, susceptíveis de dar ao arguido um tratamento diferente do resultante da Acusação tal como ela se encontra formulada. A confissão com reservas é aquela que é feita com aditamento de factos novos, susceptíveis de conferir ao arguido um tratamento jurídico diferente daquele que naturalmente decorreria da Acusação (exemplificando: confissão dos factos da Acusação que consubstanciam agressão a outro militar, mas acrescentando novos factos, não constantes da Acusação, que configurariam a existência de provocação por parte do militar agredido).
- d. A confissão integral e sem reservas, implica a renúncia do arguido à produção de prova relativa aos factos de que vem acusado e faz prova plena e definitiva da matéria constante da Acusação, dispensando-se, por conseguinte, a produção de

qualquer outro meio de prova, relativamente à matéria da Acusação (Art.º 344.º n.º 2 do CPP).

- e. A confissão parcial e/ou com reservas, deve ser objecto de grande ponderação por parte do Oficial Instrutor, no sentido de decidir se devem ou não, realizar-se outras diligências de prova. Neste caso, nomeadamente, não poderão nunca dispensar-se as diligências de prova que tenham sido requeridas pelo arguido (Art.º 344.º n.º 4 do CPP).
- f. Em qualquer dos casos, deve o Oficial Instrutor assegurar-se, sem margem para qualquer dúvida, de que a confissão é feita de livre e espontânea vontade e fora de qualquer tipo de coacção (na verdade, convém não esquecer que são várias as circunstâncias, da mais variada ordem, que poderão motivar uma “confissão” que não corresponda à realidade, seja porque o arguido se sente atemorizado, seja porque pretende “proteger” alguém, etc.) – Art.º 344.º n.º 1 do CPP.
- g. A confissão do arguido, desde que prestada de forma válida e relevante, deverá ser reduzida a escrito em Auto de Declarações, do qual terá obrigatoriamente que constar a menção de que o Oficial Instrutor se inteirou de que o arguido a fazia de forma livre e isenta de qualquer coacção.

#### 409. Prova Pericial

- a. A prova pericial (vulgarmente designada por “peritagem”) consiste na apreciação dos factos por pessoas com conhecimentos técnicos ou científicos especializados e emprega-se sempre que a correcta apreciação ou percepção desses mesmos factos exija tais conhecimentos. Trata-se, em suma, de auxiliar o Oficial Instrutor (e, no final, a entidade competente para a decisão) na função que lhe é própria, de esclarecer o significado das provas pré-existentes ou de apreciar o seu valor (Art.º 151.º do CPP).
- b. Poderá haver situações em que a realização da prova pericial não está na disponibilidade do Oficial Instrutor, sendo mesmo obrigatória, seja porque os actos de peritagem a ela inerentes se encontram legalmente reservados a uma determinada categoria ou classe de profissionais, seja porque a realização da peritagem em si mesma constitui formalidade prescrita na lei, com carácter obrigatório: será, nomeadamente, o caso do apuramento dos danos físicos na pessoa dos ofendidos (o qual terá, necessariamente, que ser efectuado por perícia médica) e dos exames e reconstituições obrigatórios no processo

disciplinar por acidente de viação (Art.º 11.º da Portaria 22396 de 27 de Dezembro de 1966).

- c. No caso da reconstituição do acidente em processo disciplinar por acidente de viação, a nomeação dos peritos deverá, sempre que possível, recair sobre militares estranhos à Unidade a que pertence o arguido (Art.º 11.º n.º 4 da Portaria 22396 de 27 de Dezembro de 1966).
- d. Nos termos do Art.º 90.º n.º 2 do RDM, o Oficial Instrutor pode requerer a presença de técnicos para a realização de determinada(s) diligência(s) processual(ais). Pode, ainda, solicitar a realização de diligências de prova a outros serviços e organismos da administração central, regional ou local, quando o julgue conveniente, designadamente por razões de proximidade e de celeridade (Art.º 94.º n.º 6 do RDM).
- e. Os peritos devem prestar compromisso, podendo o Oficial Instrutor, se o considerar conveniente, formular quesitos aos quais estes deverão responder (Arts. 91.º n.º 2 e 156.º n.º 1 do CPP).
- f. Concluída a peritagem, os peritos procedem à elaboração de relatório, no qual deverão mencionar e descrever as suas respostas e conclusões, devidamente fundamentadas. O relatório é junto aos Autos (Art.º 157.º n.º 1 do CPP).

410. Prova por Exame ou Inspeção

- a. A prova por exame ou inspeção consiste na observação, pelo Oficial Instrutor, dos locais e coisas de algum modo relacionados com a infracção disciplinar, por forma a serem apurados os vestígios ou indícios do seu cometimento e, bem assim, de todas as circunstâncias de modo, tempo e lugar (Art.º 94.º n.º 1 do RDM e Art.º 171.º do CPP).
- b. Nesta diligência, o Oficial Instrutor procede à descrição de tudo quanto de relevante tiver observado. A descrição deve corresponder àquilo que se observa, podendo mencionar-se qualquer desaparecimento ou alteração evidente de indícios, consignando-se, de forma fundamentada, as causas que terão conduzido a essa alteração (Art.º 171.º n.º 3 do CPP).

411. Vícios Comuns na Fase de Produção e Registo de Prova

Pela sua importância para uma correcta e esclarecida decisão do processo disciplinar militar, destacamos os vícios mais comuns na fase de produção e registo de prova:

- a. Ausência de factos nos autos dos depoimentos prestados: já anteriormente se salientou a necessidade imperiosa de traduzir a conduta do arguido em factos violadores dos deveres disciplinares a que se encontra sujeito. Assim, não devem ser redigidos depoimentos conclusivos, tendo a preocupação de consignar a realidade que a testemunha conhece, ainda que a crueza das palavras a empregar possa não ser a mais agradável; procurar ser claro, objectivo e conciso, mas exaustivo, na descrição da factualidade relatada pela testemunha, evitando a todo o custo que esta expresse conclusões, opiniões ou juízos de valor.
- b. “Contaminação” entre depoimentos testemunhais: Não raras vezes os depoimentos remetem de uns para outros, o que é de todo inaceitável, porquanto lhes retira credibilidade [exemplificando: “(...) perguntado disse confirmar as declarações da testemunha anterior, nada mais tendo a acrescentar (...)”]; os depoimentos testemunhais devem ser autónomos entre si, não sendo desejável que uma testemunha conheça o teor das declarações das outras. Deve portanto redigir-se depoimentos totalmente independentes entre si (ainda que, porventura algo repetitivos), não dando a conhecer à testemunha, por qualquer meio, o teor das declarações da outra; se eventualmente se mostrar necessário interrogar a testemunha sobre determinada “versão” dos factos, apresentada por outro depoente, as perguntas devem ser formuladas sem que o inquirido se aperceba de qual a origem da “versão” que lhe é apresentada; em caso de manifesta e insanável contradição entre depoimentos, deverá o Oficial Instrutor socorrer-se da acareação entre as testemunhas em causa.
- c. Falta de indicação da “razão de ciência”: Foi já referida a importância deste elemento no teor do depoimento testemunhal. É, na verdade, uma componente importante para aferir da autenticidade e relevância das declarações prestadas, pois estas poderão ter valorações diferentes, consoante a “fonte” do conhecimento da testemunha. Dever-se-á inquirir sumariamente a testemunha acerca da forma como tomou conhecimento dos factos e consigná-la no auto de declarações.
- d. Aproveitamento irregular da prova produzida em processo de averiguações: Trata-se de um problema de fundo, para cuja verificação concorrem vários vectores; desde logo, o processo de averiguações é, por vezes, empregue desnecessariamente, em circunstâncias que antes justificariam a imediata

instauração de processo disciplinar – daí decorre depois, que a prova relevante para o procedimento disciplinar já tenha sido antecipadamente produzida; quando assim acontece há que distinguir:

- (1) O processo de averiguações foi mandado continuar como processo disciplinar – neste caso é absolutamente legítimo da prova produzida na fase de averiguações, uma vez que os elementos probatórios constam materialmente dos mesmos autos em que irá ser feita a apreciação disciplinar da conduta do arguido; é evidente que, ainda que assim aconteça, não poderão nunca ser dispensadas as diligências probatórias que, eventualmente, tenham sido requeridas pelo arguido (Arts. 109.º n.º 2 e 112.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 do RDM);
  - (2) O processo de averiguações não foi mandado continuar como processo disciplinar (é que, na verdade, a continuação do processo como disciplinar, consistindo numa faculdade da entidade que determinou a sua instauração, não é obrigatória – casos haverá, portanto, em que tal poderá não se verificar) – aqui o aproveitamento da prova produzida em sede de averiguações só será possível por via “indirecta”, isto é, mediante a extracção de certidões de todas as peças relevantes do processo de averiguações, certidões essas que ficarão a constituir parte integrante do processo disciplinar. Assim, para obstar à prática deste vício, deve rejeitar-se o emprego desnecessário do processo de averiguações, só recorrendo a tal meio quando os indícios de infracção não sejam suficientes ou seja desconhecido o seu autor; e só utilizar directamente a prova produzida em processo de averiguações quando este for mandado continuar como processo disciplinar; em todos os restantes casos e se for caso disso, deverão ser extraídas certidões das partes pertinentes do processo de averiguações, as quais ficarão a constituir parte integrante do processo disciplinar; em todo e qualquer caso, não esquecer que o direito de defesa do arguido pressupõe que este conheça a prova que contra ele foi produzida e compreende o direito de requerer a realização de quaisquer outros meios de prova.
- e. Falta de prestação de compromisso dos peritos: Trata-se de um “esquecimento” que, com alguma frequência, retira toda e qualquer utilidade processual à peritagem. Convém recordar que não são só as testemunhas que devem prestar juramento – no sentido de falar com verdade – mas também os peritos estão

sujeitos a esta solenidade, a qual tem por finalidade prestar compromisso quanto à independência e zelo com que serão desempenhadas aquelas funções. Assim, deve o Oficial Instrutor elaborar auto, reduzido a escrito, assinado por si e pelos peritos, do qual conste o acto de prestação de compromisso.

412. Minuta – Exemplo de Auto de Inquirição de Testemunha

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O] compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, a testemunha indicada pelo participante (ou pelo Arguido) G... que depois de identificada declarou chamar-se ... (identificação completa da testemunha com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).*

*Foi informado que deveria responder com verdade a todos os quesitos de acordo com o n.º 1 do Art.º 96.º do RDM.*

*Inquirido(a) sobre as suas relações de parentesco, trabalho ou interesse com o(s) arguido(s) bem como sobre quaisquer outras circunstâncias relevantes para avaliar a credibilidade do seu depoimento disse: Ser ... (amigo, conhecido,...)*

*(Sendo parente ou afim nos graus e circunstâncias indicadas nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do Art.º 134.º do Código de Processo Penal, aqui aplicável por força do disposto no Art.º 96.º n.º 2 do Regulamento de Disciplina Militar, e advertido, nos termos do n.º 2 da citada norma do Código de Processo Penal, de que lhe assiste a faculdade de se recusar a prestar depoimento, disse: Que presta depoimento de livre vontade.)*

*Interrogada sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse: .....*

*Interrogada quanto à forma pela qual teve conhecimento dos factos relatados, esclareceu que .....*

*E, mais não disse.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pela Testemunha, pelo Advogado constituído (caso a testemunha se faça acompanhar, na diligência de inquirição, de advogado*

*próprio, que não poderá ser o mesmo advogado que, eventualmente, represente o arguido) e pelo Oficial Instrutor.*

*A Testemunha.....*

*O Advogado.....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

413. Minuta – Exemplo I de Auto de Acareação de Testemunhas

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceram perante mim S..., Oficial Instrutor do presente processo, as pessoas para este acto notificadas A... e B..., já identificadas a fls. ... dos Autos, a fim de serem acareadas, por existir oposição (contradição, divergência) entre os seus depoimentos (declarações) nos seguintes termos: A... afirma ....., enquanto B... diz .....*

*Foi informado que deveria responder com verdade a todos os quesitos de acordo com o n.º 1 do Art.º 96.º do RDM.*

*Postos frente a frente foram de seguida interpelados sobre as referidas divergências dos seus depoimentos anteriores, tendo A... rectificado as suas afirmações dizendo que .....*

*Por sua vez B... manteve o teor das suas declarações já registadas a fls. ... dos Autos.*

*E, mais não disseram.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado por ambas as Testemunhas, e pelo Oficial Instrutor.*

*A Testemunha A .....*

*A Testemunha B .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

414. Minuta – Exemplo II de Auto de Acareação de Testemunhas

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceram perante mim S..., Oficial Instrutor do presente processo, as pessoas para este acto notificadas A... e B..., já identificadas a fls. ... dos Autos, a fim de serem acareadas, por existir oposição (contradição, divergência) entre os seus depoimentos (declarações) nos seguintes termos: A... afirma ....., enquanto B... diz .....*

*Foi informado que deveria responder com verdade a todos os quesitos de acordo com o n.º 1 do Art.º 96.º do RDM.*

*Postos frente a frente foram de seguida interpelados sobre as referidas divergências dos seus depoimentos anteriores, tendo ambos mantido integralmente o teor das suas declarações, já registadas a fls. ... e fls. ... dos Autos, respectivamente.*

*E, mais não disseram.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado por ambas as Testemunhas, e pelo Oficial Instrutor.*

*A Testemunha A .....*

*A Testemunha B.....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

415. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, o Arguido F... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do arguido com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).*

*Perguntado sobre se pretendia prestar declarações sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse nada ter a*



*declarar, remetendo a sua posição para os termos da defesa escrita que irá apresentar (ou que já apresentou e que constitui fls. ... dos Autos).*

*E, mais não disse.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Arguido e pelo Oficial Instrutor.*

*O Arguido .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

416. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão Integral e Sem Reserva dos Factos

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, o Arguido F... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do arguido com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).*

*Perguntado sobre se pretendia prestar declarações sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse .....*

*Verificando-se que do teor das suas declarações resulta a confissão dos factos que lhe são imputados, foi o Arguido esclarecido acerca do significado da sua confissão e perguntado sobre se a fazia sem reservas e de livre e espontânea vontade.*

*Esclareceu o Arguido que, efectivamente, assumia a confissão integral e sem reservas, reiterando que o faz isento de qualquer forma de coacção, o que foi por mim confirmado, em face da espontaneidade e liberdade com que fez o seu depoimento.*

*E, mais não disse.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Arguido e pelo Oficial Instrutor.*

*O Arguido .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

417. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão com Reserva dos Factos

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, o Arguido F... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do arguido com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).*

*Perguntado sobre se pretendia prestar declarações sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse que pretendia confessar os factos de que vinha acusado, embora esclarecendo as circunstâncias que determinaram a prática dos mesmos.*

*Em consequência, foi o Arguido esclarecido acerca do significado da sua confissão e perguntado sobre se a pretendia fazer sem reservas e de livre e espontânea vontade.*

*Esclareceu o Arguido que, efectivamente, assumia a confissão integral, reiterando que o fazia isento de qualquer forma de coacção, o que foi por mim confirmado, em face da espontaneidade e liberdade com que fez o seu depoimento. Acrescentou, porém, que agiu sobre provocação do queixoso (ou participante), o qual .....*

*Uma vez que a confissão do arguido inclui uma reserva decorrente da invocação de factos novos, nomeadamente os que consubstanciavam a alegada provocação do queixoso (ou participante), foi o declarante convidado a indiciar prova desta alegação, o que fez indicando como testemunhas o Senhor A... e o Senhor B...*

*E, mais não disse.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Arguido e pelo Oficial Instrutor.*

*O Arguido .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

418. Minuta – Exemplo de Auto de Declarações do Arguido - Com Confissão Parcial dos Factos

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, o arguido F... que depois de identificado declarou chamar-se ... (identificação completa do arguido com nome, estado, profissão ou posto, idade, naturalidade e residência).*

*Perguntado sobre se pretendia prestar declarações sobre a matéria dos autos (ou da participação, ou à matéria do n.º ... da participação ou da Acusação) disse que pretendia confessar parte dos factos de que vinha acusado, esclarecendo que os indicados sobre os números ... e ... da Acusação (ou da participação ou queixa) não correspondiam à realidade.*

*Em consequência, foi o Arguido esclarecido acerca do significado da sua confissão e perguntado sobre se a pretendia fazer sem reservas e de livre e espontânea vontade.*

*Esclareceu o arguido que, efectivamente, assumia a confissão dos factos relatados sobre os números ..... da Acusação (ou da participação ou queixa), reiterando que o fazia isento de qualquer forma de coacção, o que foi por mim confirmado, em face da espontaneidade e liberdade com que fez o seu depoimento. Acrescentou, porém, que a matéria dos números ... e ... da Acusação (ou da participação ou queixa) não corresponde ao que realmente sucedeu, razão pela qual, quanto a esta, remete para os termos da defesa escrita que irá apresentar (ou que já apresentou e que constitui fls. ... dos Autos).*

*E, mais não disse.*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelo Arguido e pelo Oficial Instrutor.*

*O Arguido .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

419. Minuta - Exemplo de Auto para Prestação de Compromisso de Peritos

*Aos ... dias do mês de ... do ano de ..., pelas ... horas e ... minutos, na ... [U/E/O], compareceu perante mim S... Oficial Instrutor do presente processo, A... e B... para, na qualidade de peritos, procederem a exame de reconstituição de acidente (no caso do Oficial Instrutor formular quesitos, por sua iniciativa ou a pedido dos peritos, ordenar-se-lhes-á que a eles respondam nos seguintes termos).*

*Para o esclarecimento da verdade, deverão os Senhores Peritos responder aos seguintes quesitos:*

*Primeiro: .....*

*Segundo: .....*

*Comprometeram-se por sua honra a desempenhar fielmente e com zelo as funções que lhes foram confiadas e declaram poder emitir desde já o seu parecer nos termos seguintes (ou declararam não poder pronunciar-se desde já, pelo que pediram o prazo de ... dias para apresentarem o seu relatório escrito).*

*Para constar, lavrou-se o presente auto que, lido e achado conforme, vai ser devidamente ratificado e assinado pelos Intervenientes e pelo Oficial Instrutor.*

*O Perito A .....*

*O Perito B .....*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

### SECÇÃO III – ACUSAÇÃO

420. Acusação

- a. Concluída a instrução, a Acusação será deduzida no prazo de 5 dias úteis, caso o Oficial Instrutor entenda que os factos constantes dos autos constituem infracção disciplinar, que foi o arguido que os praticou e que tal origina responsabilidade disciplinar (Art.º 97.º do RDM).

- b. A Acusação deve especificar a identidade do arguido, os factos que lhe são imputados e as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que os mesmos foram praticados, os deveres militares e as normas infringidos, bem como o prazo para a apresentação da defesa (Art.º 98.º do RDM).
- c. O arguido será notificado pessoalmente da Acusação, no prazo de 5 dias úteis, ou, não sendo esta possível, a notificação será feita por carta registada com aviso de recepção para a sua residência, indicando-se o prazo para a apresentação da sua defesa.

421. Minuta – Exemplo I de Acusação

*Nos termos do Art.º 98.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho, é deduzida contra F ..... [Posto, NIM e Nome completo do arguido], a presente Acusação:*

*I*

*No dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, na Sala de Oficiais da ..... [U/E/O], em frente à porta e na presença de ..... o Arguido ..... dirigindo-se a J ... [posto e nome], seu Chefe directo, disse-lhe em voz alta “com um chefe como o senhor, perco logo a vontade de vir trabalhar...”*

*II*

*J ..., que nessa altura se encontrava a conversar com outros Oficiais, nomeadamente os referidos no Art.º anterior, respondeu-lhe “não estou a perceber...”.*

*III*

*Ao que o Arguido respondeu, então, em voz exaltada “não se faça desentendido, não seja cínico, hipócrita, pois sabe muito bem que me tem perseguido e feito a vida negra desde que eu vim para aqui e agora mais a porcaria da FAI que me deu!”*

*IV*

*A “FAI” a que o arguido se referia era a “Ficha de Avaliação Individual” prevista no Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército (RAMME), a qual o J... havia preenchido relativamente ao arguido, na qualidade de “primeiro avaliador” enquanto seu superior e chefe directo.*

V

*Na ocasião passavam no corredor que dá acesso à Sala de Oficiais o 1.º Cabo ... e o 2.º Furriel ... os quais apercebendo-se da altercação, puderam ouvir e entender os termos em que o arguido se dirigia a J ...*

VI

*O Arguido agiu com perfeito conhecimento da qualidade de seu superior hierárquico de J ... bem como da condição de Oficial de todos os presentes, bem sabendo que se encontrava obrigado aos deveres de lealdade, correcção e camaradagem para com aquele seu superior e não desconhecendo que, ao dirigir-se-lhe naqueles termos em frente à porta da Sala de Oficiais, as suas palavras poderiam ser ouvidas, como efectivamente foram, por inferiores hierárquicos ou quaisquer outras pessoas que ali passassem.*

VII

*Com a conduta descrita o Arguido F... violou o dever de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, o dever de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.*

VIII

*Nos termos do n.º 1 do Art.º 99.º do RDM é conferido ao Arguido o prazo de 10 dias úteis para apresentar a sua defesa por escrito, podendo dizer ou requerer o que tiver por conveniente para a mesma e indicar quaisquer meios de prova, tendo ainda o direito de constituir defensor.*

*Nos termos do n.º 2 do Art.º 103.º do RDM, serão indeferidas as diligências requeridas, quando sejam meramente dilatórias, impertinentes ou desnecessárias, ou sejam considerados suficientemente provados os factos alegados pelo arguido na sua defesa.*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

422. Minuta – Exemplo II de Acusação

*Nos termos do Art.º 98.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), aprovado pela Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho, é deduzida contra F ... [Posto, NIM e Nome completo do arguido], a presente Acusação:*

*I*

*No dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, após ter regressado de um jantar de amigos, o Arguido dirigiu-se à camarata da ... [U/E/O], de onde forçou a sair um seu camarada, o Soldado R....., o qual foi depois por ele coagido a efectuar várias cambalhotas na Parada da Unidade.*

*II*

*O Arguido conhecia a condição militar do Soldado R....., bem sabendo que se encontrava obrigado aos deveres de lealdade, correcção e camaradagem para com aquele, não lhe assistindo qualquer legitimidade para o acordar àquela hora da noite nem, tão pouco, para lhe ordenar a realização de quaisquer exercícios.*

*III*

*Com a conduta descrita, o Arguido ..... violou o dever de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, o dever de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e o dever de correcção previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea a) do RDM, cometendo assim uma infracção disciplinar a sancionar com uma das penas previstas no Art.º 30.º do RDM.*

*IV*

*Nos termos do n.º 1 do Art.º 99.º do RDM é conferido ao Arguido o prazo de 10 dias úteis para apresentar a sua defesa por escrito, podendo dizer ou requerer o que tiver por conveniente para a mesma e indicar quaisquer meios de prova tendo ainda o direito de constituir defensor.*

*Nos termos do n.º 2 do Art.º 103.º do RDM, serão indeferidas as diligências requeridas, quando sejam meramente dilatórias, impertinentes ou desnecessárias, ou sejam considerados suficientemente provados os factos alegados pelo arguido na sua defesa.*

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]

423. Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Acusação

*S... [Oficial Instrutor] da ... [U/E/O] ... certifico ter notificado no dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, em ... (lugar onde se efectua a notificação) F... [nome e posto do Arguido] de todo o conteúdo da Acusação, de acordo com o disposto no artigo 98.º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM), deduzida no processo disciplinar n.º .../....., que lhe foi mandado instaurar em ... (dia) de ... (mês) de ... (ano), por ... (entidade que determinou a instauração do processo).*

*Da Acusação foi, neste acto, entregue uma cópia ao notificado.*

*O notificado foi, ainda, informado de que:*

- *Poderá, nos termos do n.º 1 do Art.º 99.º do RDM, apresentar a sua defesa por escrito, no prazo de 10 dias úteis, podendo dizer ou requerer o que tiver por conveniente para a mesma e indicar quaisquer meios de prova tendo ainda o direito de constituir defensor.*
- *Que, nos termos do n.º 5 do Art.º 102.º do RDM, a não apresentação de defesa dentro do prazo fixado vale como sua efectiva audiência, para todos os efeitos legais.*

*E de como recebeu uma cópia da referida Acusação, vai assinar comigo (ou, não assina por se ter recusado a fazê-lo sendo testemunhas X... e Y... (nome, estado civil, profissão e morada) que assistiram ao acto e vão assinar comigo).*

... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)

O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]

O Arguido ..... [Assinatura e Posto]



424. Arquivamento

- a. Se, por outro lado, o Oficial Instrutor entender que os factos constantes nos autos não constituem infracção disciplinar, que não foi o arguido que os praticou ou se considera extinta a responsabilidade disciplinar, elaborará, também no prazo de 5 dias úteis, relatório com proposta de arquivamento e remeterá o processo à autoridade que o mandou instaurar (Art.º 97.º do RDM). A decisão proferida sobre esta proposta do Oficial Instrutor deverá ser notificada ao Arguido, ao Participante e ao Queixoso.

425. Defesa Escrita

- a. O Arguido tem um prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da Acusação, para apresentar a sua defesa, por escrito. Este prazo, no entanto, poderá ser alongado até 30 dias úteis, quando o processo seja complexo (pelo número e natureza das infracções ou por abranger vários Arguidos) ou quando se tenha verificado a prorrogação do prazo do termo da instrução (em que a instrução neste caso poderá prolongar-se até 90 dias úteis – Art.º 93.º n.º 2 do RDM). Nos casos de ausência em parte incerta, o prazo para a apresentação da defesa será de 45 dias úteis (Art.º 99.º RDM).
- b. Na sua defesa o Arguido deve expor, com clareza e concisão, as razões de facto e de direito de discordância relativamente à Acusação, devendo ainda apresentar também o seu rol de testemunhas.
- c. A não apresentação da defesa dentro do prazo fixado, equivale a uma efectiva audiência do Arguido, para todos os efeitos legais. (Art.º 102.º n.º 5 do RDM).

#### *SECÇÃO IV – RELATÓRIO E DECISÃO*

426. Relatório do Oficial Instrutor

- a. Uma vez concluída a instrução do processo disciplinar e finda a fase da defesa, ou seja, logo que esgotadas todas as diligências de prova, o Oficial Instrutor deve elaborar um relatório onde expõe os factos objecto do processo que considera provados e não provados, a sua qualificação como infracção disciplinar e o grau de culpa do arguido (Art.º 104.º n.º 1 do RDM), o qual juntará ao processo e apresentará à entidade que o mandou instaurar (Art.º 104.º n.º 3 do RDM). Se neste relatório o Oficial Instrutor considerar infundada a Acusação, deve propor o arquivamento do processo (Art.º 104.º n.º 2 do RDM).

- b. A finalidade do relatório do Oficial Instrutor é habilitar a entidade competente para decidir do processo com uma importante ferramenta, que lhe deverá permitir tomar uma decisão célere, justa e devidamente fundamentada. Não se trata, naturalmente, de decidir o processo disciplinar apenas com base no relatório; este, porém, deverá facultar uma breve percepção de toda a realidade apurada ao longo da Instrução e respectivo enquadramento disciplinar, permitindo, se tal for considerado necessário por parte de quem decide, uma rápida localização nos autos de todos os elementos relevantes.
- c. O relatório do Oficial Instrutor deve então conter:
  - (1) Exposição relativa aos factos objecto do processo que o Oficial Instrutor considera provados e não provados;
  - (2) A sua qualificação como infracção disciplinar;
  - (3) O grau de culpa do arguido.
- d. O Oficial Instrutor mercê da posição especialmente privilegiada que detém relativamente à investigação, melhor do que ninguém deverá conhecer quais os factos provados e não provados e, de entre os primeiros, quais os que têm interesse para a valoração disciplinar da conduta do arguido. Assim, o Oficial Instrutor deverá consignar no seu relatório quais os factos que considera provados, enumerando-os com remissão para as partes ou peças do processo em que se materializa tal prova, devendo ainda, por uma questão de rigor e sistemática, indicar quais os factos que, podendo ser relevantes, ainda assim não resultaram provados.
- e. Para uma conveniente e adequada sistematização do relatório deve, a enunciação da factualidade apurada, ser precedida de uma sucinta exposição das razões que determinaram a instauração do processo disciplinar e de um resumo explicativo das formalidades processuais cumpridas.
- f. Assim, o relatório do Oficial Instrutor deverá começar por uma breve “introdução”, a qual consistirá num sucinto resumo da actividade processual, composto por três segmentos:
  - (1) A origem do processo (participação ou queixa e despacho de instauração);
  - (2) Audiência do arguido (referência à Acusação e correspondente defesa ou resposta do arguido);
  - (3) As diligências probatórias (breve referência às diligências que foram efectuadas, seja por iniciativa do Oficial Instrutor, seja mediante requerimento

do arguido, ao eventual indeferimento de alguma ou algumas diligências requeridas e possíveis incidentes ou vicissitudes verificadas na produção da prova).

- g. Seguidamente, deverá o Oficial Instrutor, proceder à qualificação da conduta do arguido como infracção disciplinar, ou seja, deverá concluir, de forma sucintamente fundamentada, pela violação ou não, de algum ou alguns dos deveres militares a que se encontra sujeito o arguido.
- h. O Oficial Instrutor deverá ainda consignar, no seu relatório, qual o grau de culpa do arguido. Neste caso, haverá que ponderar qual a medida em que o arguido terá efectivamente querido fazer uma certa coisa – contrária ao dever militar – ou não terá tido um determinado cuidado ou cautela para evitar que determinada coisa - contrária ao dever militar – sucedesse ou acontecesse.
- i. Depois, haverá que avaliar o grau de censura que nos merece aquela atitude do arguido, o qual se deverá aferir, à face dos deveres militares e segundo as regras de experiência comum na Instituição, pela maior ou menor exigibilidade de conduta ou procedimento diferente daquele que o arguido adoptou.
- j. Podemos, pois, concluir que o grau de culpa do arguido será tanto maior, quanto maior for a sua responsabilidade na ocorrência da acção ou omissão contrária ao dever militar e quanto mais exigível lhe fosse a adopção de comportamento diferente ou oposto do por ele assumido naquelas circunstâncias.
- k. Haverá que ter em conta que o grau de culpa do arguido poderá surgir “condimentado” por alguma circunstância agravante ou atenuante da responsabilidade disciplinar, de entre as que se encontram tipificadas no Regulamento de Disciplina Militar. Se assim for, deve o relatório mencioná-las, tendo presente que, no que respeita às circunstâncias agravantes, estas só podem ser consideradas desde que os factos que as integram expressamente constem da Acusação [exemplificando: para que se possa invocar a circunstância agravante prevista na alínea c) do n.º 1 do Art.º 40.º do RDM, importa que da Acusação conste, pelo menos, uma descrição pormenorizada dos actos cometidos pelo arguido com especial ênfase nas características desprestigiadoras dos mesmos e quais as pessoas que os presenciaram ou que deles tiveram conhecimento, para que daí se possa inferir que o prestígio das Forças Armadas ficou diminuído com a conduta do arguido].

427. Decisão

- a. A Decisão do processo disciplinar é o acto administrativo pelo qual a entidade competente formaliza e exterioriza a sua vontade sobre a realidade apurada no processo; é, obrigatoriamente um despacho escrito e fundamentado (Art.º 106.º n.ºs 1 e 2 do RDM).
- b. A primeira posição, porém, que a entidade competente para decidir terá que tomar relativamente ao processo é sobre se considera que a respectiva Instrução está ou não completa. Isto porque, caso entenda que é necessário ou conveniente, para a descoberta da verdade, a realização de novas diligências ou, ainda, caso verifique que foi cometida alguma ilegalidade (nulidade) durante a Instrução deverá abster-se de decidir sobre o desfecho do processo, antes devolvendo os Autos ao Oficial Instrutor, ordenando o que, segundo as circunstâncias, considerar conveniente. Também esta tomada de posição, não sendo ainda a “decisão” do processo disciplinar, deverá constar de despacho escrito e minimamente fundamentado (Art.º 105.º do RDM).
- c. Se esta entidade, no entanto, considerar que não dispõe de competência para decidir o processo, envia-o de imediato para a entidade competente (Art.º 104.º n.º 4 do RDM).
- d. Caso, pelo contrário, entenda que dispõe de competência para decidir e que a Instrução do processo está completa – ou seja, que os autos contêm todos os elementos relevantes para apreciar a conduta do Arguido, tendo sido integralmente respeitado o direito de defesa deste – proferirá então a “Decisão final” sobre o mesmo, no prazo de 15 dias úteis contados da data da recepção do processo (Art.º 106.º n.º 1 do RDM).
- e. E nessa mesma Decisão, deverá a entidade competente para decidir pronunciar-se por uma das seguintes soluções:
  - (1) Decisão de arquivamento do processo, sem aplicação de qualquer sanção disciplinar.
  - (2) Decisão de aplicação de uma sanção disciplinar, em virtude de se ter provado o cometimento de infracção disciplinar por parte do arguido.
- f. A Decisão de arquivamento do processo disciplinar deve ser fundamentada (podendo a fundamentação consistir na mera concordância com o relatório do Oficial Instrutor), contendo quer a identificação do arguido quer a indicação dos

factos dados como provados, bem como que o processo foi arquivado por falta de prova da culpabilidade do arguido, pela inocência deste, pela extinção do procedimento disciplinar ou por os factos não constituírem ilícito disciplinar (Art.º 106.º n.º 4 do RDM).

- g. A Decisão punitiva deve ser fundamentada (podendo a fundamentação consistir na mera concordância com o relatório do Oficial Instrutor), devendo conter nomeadamente – Art.º 106.º n.º 3 do RDM:

- (1) A identificação do arguido;
- (2) A indicação dos factos dados como provados;
- (3) A qualificação dos factos como infracção disciplinar, com indicação dos preceitos legais violados;
- (4) A indicação de circunstâncias com influência no grau de culpa do arguido;
- (5) A pena aplicada.

- h. A primeira preocupação a ter na elaboração do chamado despacho punitivo será a da rigorosa observância do dever de fundamentação; quer isto dizer que o despacho que aplique uma pena disciplinar ao arguido – seja ela qual for – deverá conter a sucinta descrição dos factos apurados e imputados ao arguido, a referência aos correspondentes deveres disciplinares que se consideram violados e uma breve enunciação dos critérios seguidos na aplicação concreta da pena; a omissão desta formalidade consubstancia um dos mais graves vícios tipificados no Direito Administrativo denominado “falta de fundamentação”, o qual pode implicar a anulação do despacho punitivo, se oportunamente invocado pelo arguido (Art.º 268.º da CRP, Arts. 124.º, 125.º e 135.º do CPA e Arts. 39.º e 106.º do RDM).

- i. Posto isto, mais evidente se torna quão importante e útil pode ser o “relatório” do Oficial Instrutor, desde que correctamente elaborado: se nada tiver sido omitido nessa peça processual e se a mesma corresponder, com exactidão, à realidade apurada no processo, a fundamentação do “despacho punitivo” estará muito facilitada uma vez que a entidade competente poderá optar por reproduzir no “despacho punitivo” as partes relevantes do “relatório” ou, se o preferir, poderá limitar-se a enunciar sucintamente qual a pena disciplinar que entende aplicar e porquê, remetendo, quanto ao mais da fundamentação, para o teor do “relatório”, com expressa indicação de quais as partes do mesmo para que remete – é a chamada “fundamentação por remissão, que encontra a sua razão de ser no

“princípio da eficiência” e no “dever de celeridade”, sempre com inteira salvaguarda dos correspondentes direitos do arguido – é claro que neste caso ao proceder-se à notificação do arguido, haverá que dar-lhe cópia não só do despacho decisório, mas também do relatório para o qual este remete.

428. Notificação da Decisão

- a. A notificação da Decisão constitui a última grande formalidade essencial desta fase do procedimento e, constituindo o momento formal em que o arguido toma conhecimento do desfecho que coube ao processo que foi instaurado, impõe-se que, a mesma, se faça com integral observância de todas as regras aplicáveis.
- b. Relativamente à forma da notificação, dispõe o RDM, no seu Art.º 107.º, que a decisão final é notificada pessoalmente ao arguido e publicada, por extracto, em ordem de serviço. Nos casos de ausência do arguido em parte incerta, a decisão será, ainda, publicada na 2.ª série do *Diário da República*. A publicação apenas não terá lugar quando a pena aplicada for a de repreensão ou de repreensão agravada.
- c. Quanto ao conteúdo da notificação, inexistindo disposições, quanto a esta matéria, quer no RDM, quer no CPP, teremos de recorrer supletivamente às disposições constantes do Código de Procedimento Administrativo – cf. Art.º 10.º do RDM - o qual dispõe que a notificação deve conter:
  - (1) O texto integral do acto administrativo (ou seja, da Decisão), o que compreende naturalmente a sua fundamentação completa;
  - (2) A identificação do processo, aí se incluindo a indicação do autor do acto e a data deste;
  - (3) A indicação de qual o Órgão competente para apreciar a impugnação do acto (reclamação ou recurso hierárquico) e qual o prazo para esse efeito.
- d. Importa esclarecer que a eventual omissão de algum ou alguns destes elementos da notificação não acarreta qualquer vício da Decisão propriamente dita: se esta for legal e tiver sido proferida de forma perfeita e válida, não será inquinada por esta irregularidade; Qual será então a consequência jurídica da não observância integral das regras da notificação? Poderá tornar-se problemática e controversa a contagem do prazo para eventual impugnação da Decisão, pois um acto notificado de forma imperfeita, em regra, não produz quaisquer efeitos (Art.º 60.º n.º 1 do Código de Processo nos Tribunais Administrativos – doravante CPTA) – acresce ainda que o arguido poderá lançar mão (não sendo porém obrigado a

fazê-lo) do meio processual de requerer à entidade que proferiu o acto a notificação das indicações em falta ou a passagem de certidão que as contenha, bem como, se necessário, de pedir a correspondente intimação judicial, nos termos previstos nos Arts. 104.º e seguintes do CPTA (Art.º 60.º n.º 2 do CPTA). Diremos assim e em conclusão que, a fim de evitar a abertura de novas frentes de litígio com o arguido, é absolutamente recomendável a integral observância dos requisitos supra enunciados.

- e. De registar, finalmente, como natural desiderato das regras supra, que a publicação da Decisão em Ordem de Serviço não equivale à notificação do arguido, apenas tendo relevância quanto a este, a notificação pessoal feita nos termos do Art.º 107.º n.º 1 do RDM, só se contando os prazos da reclamação ou recurso hierárquico a partir da data em que aquela se mostre efectuada. De facto, os interesses que presidem a uma e a outra formalidade são diferentes: a publicação em Ordem de Serviço, por extracto, destina-se fundamentalmente a dar a conhecer aos demais efectivos da Unidade qual a forma como foi sancionada uma determinada conduta, assim se procurando alcançar um saudável “efeito profiláctico”, sempre benéfico para a disciplina em geral; já a notificação ao arguido visa principalmente dar-lhe a conhecer na íntegra a decisão que mereceu o processo disciplinar que lhe foi instaurado permitindo-lhe o efectivo exercício do direito de impugnação, se assim o pretender. É, pois, indispensável que haja uma certeza tão firme quanto possível quanto ao efectivo conhecimento, por parte do arguido, do conteúdo integral da Decisão do processo e, não menos importante, quanto ao momento exacto em que tal conhecimento ocorre.

#### 429. Vícios Comuns na Fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão do Processo Disciplinar

Destacamos os vícios mais comuns na fase do Relatório do Oficial Instrutor e na Decisão final do processo:

- a. Falta de rigor na elaboração do Relatório do Oficial Instrutor: Esta falta de rigor emerge de não distinção do que é facto, daquilo que não o é, da não referência das peças processuais a que se reportam os factos relatados e da errada indicação das normas jurídicas violadas. Para evitar esta situação, o relatório deve ser encarado como a verdadeira síntese de todo o processo, aí se

procedendo ao relato de tudo o que de relevante se passou na instrução, deixando em evidência toda a matéria que interessa a uma boa decisão.

- b. Aplicação de punição por factos que não constavam da Acusação: Acontece que, por vezes, no decurso da Instrução, “vêm a lume” novos contornos ou novos pormenores da actuação ou conduta do arguido que não constavam da redacção da Acusação que lhe foi entregue; ora, esses novos elementos enquanto factos integradores da conduta do arguido, só poderão ser tidos em consideração na Decisão final desde que lhe tenha sido dada a possibilidade de, sobre eles, se pronunciar; a não observância desta regra traduz-se em nulidade insanável equivalente à falta de audiência do arguido (Art.º 78.º n.º 1 alínea a) do RDM), contaminando irremediavelmente a Decisão final. Portanto, sempre que, durante a Instrução e após a entrega da Acusação, se venham a apurar novos factos, devem estes ser consignados em nova Acusação, emitida em aditamento à anterior, à qual poderá o Arguido responder nos mesmos termos em que o fez quanto à primeira; se esta cautela não for ou não tiver sido tomada, deverá então a entidade competente abster-se de considerar e invocar aqueles novos elementos (não constantes na Acusação) ao proferir a Decisão final.
- c. Consideração de circunstâncias agravantes correspondentes a factos não incluídos na Acusação: Trata-se de um problema semelhante ao anterior, nem sempre se tem presente que a “circunstância agravante” há-de resultar, sempre, da verificação de determinados factos não integrantes da conduta do arguido, mas que a qualificam, caracterizam ou “condimentam”. E sobre eles tem o arguido que dispor da possibilidade de se pronunciar, sob pena de se verificar uma ilegalidade que comprometa, porventura irremediavelmente, o êxito do processo. Para evitar este problema, o Oficial Instrutor, deve ter o cuidado de consignar sempre na Acusação os factos integradores das circunstâncias agravantes que sejam relevantes; caso os mesmos não constem da Acusação, seja porque foram omitidos por lapso, seja porque só posteriormente se tornaram conhecidos e se entenda que, as correspondentes circunstâncias agravantes têm relevância, deve então elaborar-se nova Acusação, em aditamento à anterior, cumprindo-se novamente todas as formalidades inerentes à defesa do arguido; caso contrário deve a entidade competente abster-se de considerar e invocar as circunstâncias agravantes que não disponham do correspondente suporte factual.



- d. Redacção do despacho punitivo com fundamentação deficiente ou insuficiente: Todos os actos administrativos que afectem direitos ou imponham sanções têm necessariamente de ser fundamentados nos termos gerais do Direito – Art.º 268.º n.º 3 da CRP e Art.º 124.º do CPA. O despacho punitivo, aplicado no culminar do processo disciplinar militar, sofre uma redobrada exigência nesse sentido, porque o próprio RDM, expressamente, obriga à sua fundamentação – Art.º 106.º n.º 2 do RDM e Art.º 125.º do CPA. A fundamentação deve ser expressa e conter a sucinta descrição dos factos e a invocação do Direito. Nem sempre assim acontece com os despachos punitivos, o que acarreta, pelo menos, a anulabilidade dos mesmos. Para evitar este problema não se deve nunca prescindir da adequada e completa fundamentação do despacho punitivo, fazendo consignar, ainda que de forma resumida os factos que se consideram provados, como cometidos pelo arguido, e as normas do RDM que, por consequência, foram violadas; podem fazer-se, naturalmente, juízos de valor e apreciativos, já que se está, precisamente, a apreciar valorativamente uma determinada conduta; o que já se deve evitar a todo o custo é a substituição dos factos (que não se podem dispensar) pela invocação de meros conceitos vagos ou inconclusivos.
- e. Falta de notificação do despacho decisório ao arguido: Trata-se de uma formalidade essencial que, em caso algum, pode ser omitida e não é substituída pela publicação em Ordem de Serviço. Enquanto o despacho não for integralmente notificado não produz quaisquer efeitos quanto ao arguido e não tem, por conseguinte, qualquer eficácia. Assim, não se deve, em circunstância alguma, prescindir da notificação integral, ao arguido, do despacho que decide o processo disciplinar, independentemente do sentido da decisão ser, ou não, desfavorável a este.

430. Minuta – Exemplo de Relatório Final do Oficial Instrutor

/

*GENERALIDADES*

1. *Em cumprimento do despacho de .../.../..... do Exmo. Comandante [Director ou Chefe] da ... [U/E/O], procedeu-se à instrução do presente processo, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F... pela prática dos factos constantes da Participação de fls. ...*

2. *Ouvidos em declarações o participante (fls. ...) e o Arguido (fls. ...) [ou apenas o participante] procedeu-se à recolha dos depoimentos das testemunhas indicadas na Participação (fls. ... e ...).*
3. *Concluída a investigação foi deduzida Acusação de fls. ..., imputando-se ao Arguido a prática de infracção disciplinar decorrente da autoria material dos factos constantes dos seus Art.º 1.º, 2.º e 3.º .....*
4. *O Arguido apresentou defesa escrita nos termos da sua resposta de fls. ..., dizendo em síntese o seguinte:*
  - a) *Que houve má interpretação das suas palavras uma vez que apenas se limitou a dizer ... (Art.º ...);*
  - b) *Que não teve intenção de ofender o seu Chefe, Sr. ..., pessoa que aliás considera e admira (Art.º ...);*
  - c) *Que admite ter falado em tom um pouco exaltado, em virtude da contrariedade que o assunto lhe provocava, mas nunca com intenção de faltar ao respeito ao seu Chefe.*
  - d) *...*
5. *Foram inquiridas as testemunhas oferecidas pelo arguido (fls. ... e ...).*

## II

### ANÁLISE

6. *Da prova produzida resultou provado:*
  - a) *Que no dia ... pelas ... horas e ... minutos, junto à entrada da Sala de Oficiais da ... [U/E/O], o Arguido, dirigindo-se ao seu Chefe de Secção Sr. ..., disse “com um chefe como o senhor até perco a vontade de vir trabalhar” conforme se refere no Art.º ... da Acusação (Participação de fls. ... e testemunhas de fls. ...).*
  - b) *Que o Chefe de Secção do arguido, Sr. ..., apenas lhe respondeu ... (testemunha de fls. ... e ...).*
  - c) *Que tais factos ocorreram na presença de vários Oficiais que, na ocasião, ali se encontravam, tendo ainda sido perceptíveis a um Furriel e um Cabo que, naquele momento, passavam pelo corredor (testemunha de fls. ...).*

- d) *Que o Arguido agiu com perfeita consciência da qualidade de seu superior do Sr. ..., uma vez que invocou precisamente essa qualidade ao interpelá-lo e com total conhecimento da presença dos restantes Oficiais, que se encontravam naquela sala (testemunhas de fls. ...).*
  - e) *Que o Arguido sabia que pelo corredor adjacente à porta da Sala de Oficiais podem circular quaisquer pessoas que, normalmente, frequentem a Unidade e, nomeadamente, sargentos ou praças em serviço.*
  - f) *Que ... (testemunha de fls. ...)*
- 7. *Não se apurou o facto referido no Art.º ... da Acusação, ou seja, que o Arguido tenha chamado “cínico” e “hipócrita” ao seu Chefe.*
  - 8. *Os factos provados referidos em 6. a) denotam falta de respeito para com o Chefe do Arguido F ... constituindo, por isso, infracção disciplinar por violação dos deveres de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e de correcção, previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM.*
  - 9. *Verifica-se a circunstância agravante da alínea d) do Art.º 40.º do RDM, a qual deverá ser levada em conta na determinação da medida da pena a aplicar.*
  - 10. *Tem o Arguido a seu favor a circunstância atenuante do seu comportamento exemplar, prevista na alínea d) do Art.º 41.º do RDM.*

### III

### CONCLUSÕES

11. *Face ao exposto, conclui-se:*

- a. *Que o Arguido F... faltou ao respeito devido ao seu Chefe Sr. ..., ao dirigir-lhe as palavras referidas em 6. a), nas condições aí descritas e também em 6. c)*
- b. *Que, com a sua conduta, praticou o arguido uma infracção disciplinar pela violação dos deveres de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e de correcção, previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM.*
- c. *Que o Arguido agiu com perfeito conhecimento da qualidade de seu superior hierárquico do Sr. ..., bem como da condição de Oficial de todos os presentes, bem sabendo que se encontrava obrigado aos deveres de*

*lealdade, camaradagem e correcção para com aquele seu Superior e não desconhecendo que ao dirigir-se-lhe, naqueles termos, em frente à porta da Sala de Oficiais, as suas palavras poderiam ser ouvidas, como efectivamente foram, por inferiores hierárquicos ou quaisquer outras pessoas que ali passassem. É, pois, considerado elevado o grau de culpa do Arguido.*

- d. Na graduação da medida da pena a aplicar, deverá ser tido em conta o disposto no Art.º 39.º do RDM, bem como a circunstância agravante prevista na alínea d) do Art.º 40.º do RDM e a circunstância atenuante prevista na alínea d) do Art.º 41.º do RDM.*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

431. Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Com Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor

*Em cumprimento do meu despacho de .../.../....., constante dos Autos a fls. ..., procedeu-se à instrução do presente processo, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F... [Identificação do Arguido] pela prática dos factos constantes da Participação de fls. ...*

*Concordo na íntegra com as conclusões do Oficial Instrutor do processo, pelo que considero toda a matéria como tal consignada no relatório, o qual aqui dou por integralmente reproduzido.*

*Com interesse para a causa, resultou provado:*

- a) Que no dia ... pelas ... horas e ... minutos, junto à entrada da Sala de Oficiais da ....., o arguido, dirigindo-se ao seu Chefe de Secção Sr. ..., disse “com um chefe como o senhor até perco a vontade de vir trabalhar” conforme se refere no Art.º ... da Acusação (Participação de fls. ... e testemunhas de fls. ...).*
- b) Que o Chefe de Secção do arguido, Sr. ..., apenas lhe respondeu ... (testemunha de fls. ... e ...).*

- c) *Que tais factos ocorreram na presença de vários Oficiais que, na ocasião, ali se encontravam, tendo ainda sido perceptíveis a um Furriel e um Cabo que, naquele momento, passavam pelo corredor (testemunha de fls. ...).*
- d) *Que o arguido agiu com perfeita consciência da qualidade de seu superior do Sr. ..., uma vez que invocou precisamente essa qualidade ao interpelá-lo e com total conhecimento da presença dos restantes Oficiais, que se encontravam naquela sala (testemunhas de fls. ...).*
- e) *Que o arguido sabia que pelo corredor adjacente à porta da Sala de Oficiais podem circular quaisquer pessoas que, normalmente, frequentem a Unidade e, nomeadamente, sargentos ou praças em serviço.*
- f) *Que ... (testemunha de fls. ...)*

*Não se logrou provar o facto referido no Art.º ... da Acusação, ou seja, que o Arguido tenha chamado “cínico” e “hipócrito” ao seu Chefe.*

*Com a sua conduta, o arguido, cometeu uma infracção disciplinar por violação dos deveres de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e de correcção, previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM.*

*A sua conduta é especialmente censurável por demonstrar uma falta de respeito para com o seu superior hierárquico e por constituir um péssimo exemplo para todos os que a presenciaram, sobretudo, para o Sargento e Praça que por ali passavam.*

*Assim, atendendo ao elevado grau da ilicitude do facto, ao elevado grau de culpa do infractor, à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do arguido, à sua personalidade, à sua conduta anterior e posterior, à natureza do serviço por si desempenhado, aos resultados perturbadores na disciplina, e às demais circunstâncias em que a infracção foi cometida (importa alertar que todos os critérios referidos devem ser sustentados no Despacho Decisório com base em factos do Processo – Por ex: “atendendo à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade do arguido, uma vez que é SCh a prestar serviço militar no Exército há 25 anos...”), e ponderadas as circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso, previstas, respectivamente, na alínea d) do Art.º 40.º do RDM e*

*na alínea d) do Art.º 41.º do RDM, PUNO com ..... [Pena a aplicar] o ..... [posto e nome do arguido].*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

432. Minuta – Exemplo de Despacho Decisório - Sem Remissão para o Relatório do Oficial Instrutor

*Em cumprimento do meu despacho de .../.../....., constante dos Autos a fls. ..., procedeu-se à instrução do presente processo, destinado a apurar a responsabilidade disciplinar de F... [Identificação do Arguido] pela prática dos factos constantes da Participação de fls. ...*

*Na instrução do mesmo, foi ouvido em declarações o participante (fls. ...) e o Arguido (fls. ...), tendo-se, de igual forma, procedido à recolha dos depoimentos das testemunhas indicadas na Participação (fls. ... e ...).*

*Foi deduzida Acusação, constante dos Autos a fls. ..., imputando-se ao Arguido a prática de infracção disciplinar por violação dos deveres militares de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e de correcção, previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM.*

*O Arguido apresentou defesa escrita nos termos da sua resposta de fls. ..., dizendo em síntese o seguinte:*

- a) Que houve má interpretação das suas palavras uma vez que apenas se limitou a dizer ... (Art.º ...);*
- b) Que não teve intenção de ofender o seu Chefe, Sr. ..., pessoa que aliás considera e admira (Art.º ...);*
- c) Que admite ter falado em tom um pouco exaltado, em virtude da contrariedade que o assunto lhe provocava, mas nunca com intenção de faltar ao respeito ao seu Chefe.*

d) ...

*Foram inquiridas as testemunhas oferecidas pelo arguido (fls. ... e ...).*

*Das declarações do Arguido e do participante, resulta que o arguido, no dia .../.../....., pelas ... horas e minutos, se dirigiu ao participante e disse “com um chefe como o senhor até perco a vontade de vir trabalhar”, bem como que o participante apenas lhe respondeu o seguinte: “...”. Resultou, ainda, que os factos foram presenciados por vários Oficiais que, na ocasião, ali se encontravam, bem como por um Furriel e um Cabo que, naquele momento, passavam pelo corredor.*

*Devidamente inquiridas, as testemunhas, de forma credível e coerente, corroboraram tais declarações.*

*Assim, do confronto da prova produzida, e com interesse para a causa, resultou provado:*

- a) Que no dia .../.../..... pelas ... horas e ... minutos, junto à entrada da Sala de Oficiais da ... [U/E/O], o Arguido, dirigindo-se ao seu Chefe de Secção Sr. ..., disse “com um chefe como o senhor até perco a vontade de vir trabalhar” conforme se refere no Art.º ... da Acusação (Participação de fls. ... e testemunhas de fls. ...).*
- b) Que o Chefe de Secção do arguido, Sr. ..., apenas lhe respondeu ... (testemunha de fls. ... e ...).*
- c) Que tais factos ocorreram na presença de vários Oficiais que, na ocasião, ali se encontravam, tendo ainda sido perceptíveis a um Furriel e um Cabo que, naquele momento, passavam pelo corredor (testemunha de fls. ...).*
- d) Que o Arguido agiu com perfeita consciência da qualidade de seu superior do Sr. ..., uma vez que invocou precisamente essa qualidade ao interpelá-lo e com total conhecimento da presença dos restantes Oficiais, que se encontravam naquela sala (testemunhas de fls. ...).*
- e) Que o Arguido sabia que pelo corredor adjacente à porta da Sala de Oficiais podem circular quaisquer pessoas que, normalmente, frequentem a Unidade e, nomeadamente, sargentos ou praças em serviço.*
- f) Que ... (testemunha de fls. ...)*

*Não se logrou provar o facto referido no Art.º ... da Acusação, ou seja, que o Arguido tenha chamado “cínico” e “hipócrita” ao seu Chefe.*

*Com a sua conduta, o Arguido, cometeu uma infracção disciplinar por violação dos deveres de lealdade, previsto no Art.º 16.º n.º 1 e n.º 2 alínea b) do RDM, de camaradagem, previsto no Art.º 18.º n.º 1 e n.º 2 do RDM e de correcção, previsto no Art.º 23.º n.º 1 e n.º 2 alíneas a) e b) do RDM.*

*A sua conduta é especialmente censurável, por demonstrar uma falta de respeito para com o seu superior hierárquico e por constituir um péssimo exemplo para todos os que a presenciaram, sobretudo, para o Sargento e Praça que por ali passavam.*

*Assim, atendendo ao elevado grau da ilicitude do facto, ao elevado grau de culpa do infractor, à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade neste do Arguido, à sua personalidade, à sua conduta anterior e posterior, à natureza do serviço por si desempenhado, aos resultados perturbadores na disciplina e às demais circunstâncias em que a infracção foi cometida (importa alertar que todos os critérios referidos devem ser sustentados no Despacho Decisório com base em factos do Processo – Por ex: “atendendo à responsabilidade decorrente da categoria e posto e à antiguidade do arguido, uma vez que é SCh a prestar serviço militar no Exército há 25 anos...”), e ponderadas as circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso, previstas, respectivamente, na alínea d) do Art.º 40.º do RDM e na alínea d) do Art.º 41.º do RDM, PUNO com ..... [Pena a aplicar] o ..... [posto e nome do arguido].*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Comandante (Director ou Chefe) ..... [Assinatura e Posto]*

433. Minuta – Exemplo de Certidão de Notificação da Decisão

*S... [Oficial Instrutor] da ... [U/E/O) ... certifico ter notificado no dia ... do mês de ... do ano de..., pelas ... horas e ... minutos, em ... (lugar onde se efectua a*



*notificação) F... [nome e posto do Arguido] de todo o conteúdo do despacho de ... [data e entidade que assina o despacho] ... que lhe aplicou a pena de ... (indicar a pena efectivamente aplicada), no processo disciplinar que lhe foi mandado instaurar em ... [data] por ... [entidade que determinou a instauração do processo].*

*Do despacho punitivo [ou do despacho punitivo e relatório final] foi, neste acto, entregue uma cópia ao notificado.*

*O notificado foi, ainda, informado de que:*

- Poderá apresentar reclamação da pena que lhe foi aplicada, a qual deverá fazer por escrito no prazo de 15 dias úteis a contar da presente notificação, nos termos do Art.º 121.º do RDM, conjugado com o disposto no Art.º 162.º do CPA, dirigida ao ... (Comandante, Director ou Chefe).*
- Poderá interpor recurso hierárquico, mediante requerimento escrito, com alegação dos respectivos fundamentos, dirigido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas ou Chefe do Estado-Maior do Exército, consoante o caso, o qual deve ser apresentado na entidade recorrida, no prazo de 10 dias úteis a contar da presente notificação, nos termos dos Arts. 122.º e 124.º do RDM.*

*E de como recebeu uma cópia do referido despacho [e relatório final], vai assinar comigo (ou, não assina por se ter recusado a fazê-lo sendo testemunhas X... e Y... (nome, estado civil, profissão e morada) que assistiram ao acto e vão assinar comigo).*

*... (Local), ... (dia) de ... (mês) de ... (ano)*

*O Oficial Instrutor ..... [Assinatura e Posto]*

*O Arguido ..... [Assinatura e Posto]*

**NOTA:** Nos casos em que o despacho decisório tenha invocado ou remetido para o “relatório do Oficial Instrutor”, deverá ser entregue ao arguido, para além do referido

despacho, uma cópia do mencionado relatório. Só assim estará completa e correctamente cumprida a notificação.

## CAPÍTULO 5. PROCESSOS ESPECIAIS

### 501. Tipos de Processos Especiais

a. De acordo com o RDM, existem dois tipos de Processos Especiais:

- (1) Processo de Averiguações;
- (2) Processos de Inquérito e de Sindicância.

### 502. Processo de Averiguações

a. O Processo de Averiguações pode ser mandado instaurar quando existam quaisquer indícios de infracção disciplinar que não sejam suficientes ou sérios, ou desconhecidos os seus autores (Art.º 109.º n.º 1 do RDM).

b. Tem carácter sumarássimo e destina-se à recolha de elementos factuais que permitam determinar se deve ou não ser ordenada a instauração de processo disciplinar, de inquérito ou de sindicância (Art.º 109.º n.º 2 do RDM).

c. O processo de averiguações é iniciado mediante despacho de instauração, o qual deverá conter:

- (1) A factualidade que justifica a instauração do processo de averiguações;
- (2) A indicação de eventuais suspeitos;
- (3) A nomeação de Oficial Instrutor, com indicação do nome e posto;
- (4) A data, assinatura e identificação de quem despacha.

d. Decorridos os prazos para a conclusão do processo de averiguações ou assim que confirmados os indícios da existência de infracção, bem como os seus autores, o Oficial Instrutor elaborará um relatório sucinto com indicação das diligências efectuadas, síntese dos factos apurados e proposta sobre a decisão a proferir, o qual remeterá à entidade que mandou instaurar o processo de averiguações (Art.º 111.º do RDM).

e. Em face das provas recolhidas e do relatório do Oficial Instrutor, a entidade competente poderá ordenar (ou propor, caso não tenha competência):

- (1) O arquivamento do processo, se entender que não há lugar a procedimento disciplinar;
- (2) A abertura de processo disciplinar, se se mostrar suficientemente indiciada a prática de infracção disciplinar e identificado o seu autor;
- (3) A abertura de processo de inquérito se, confirmados os indícios de infracção disciplinar, for desconhecido o seu autor, ou, se se mantiver a insuficiência

daqueles indícios, sendo de presumir, em ambos os casos, a utilidade de novas diligências;

(4) A abertura de processo de sindicância, se entender que os factos apurados justificam, pela sua amplitude e gravidade, uma averiguação geral ao funcionamento do serviço sob suspeita (Art.º 112.º do RDM).

f. Caso seja instaurado, na sequência do processo de averiguações, processo disciplinar, de inquérito ou de sindicância, aquele integrará a fase de instrução dos mesmos, nos termos que supra foram referidos (Art.º 112.º n.º 2 do RDM).

503. Minuta – Exemplo de Despacho de Instauração de Processo de Averiguações

*Chegou ao meu conhecimento que, através das linhas telefónicas da Unidade, vêm sendo feitas várias chamadas para diversos números de “valor acrescentado”, sem qualquer autorização superior, daí resultando avultados prejuízos para o serviço, nomeadamente pecuniários.*

*Considerando que tais factos indiciam a prática de infracção disciplinar, instaure-se processo de averiguações no sentido de apurar em que circunstâncias foram efectuados aqueles telefonemas e quais os seus autores, de acordo com o previsto nos Arts. 109.º e seguintes do RDM.*

*Para Oficial Instrutor nomeio S ... [posto e nome], a quem a Secretaria deverá fazer a entrega do presente despacho.*

*... [Local onde é elaborado o despacho], ... de ..... de ...*

*O Comandante (Director ou Chefe) .....[Assinatura e Posto]*

504. Processos de Inquérito e de Sindicância

a. O processo de inquérito destina-se às averiguações de determinados factos irregulares atribuídos a um serviço ou de actuação susceptível de envolver responsabilidade disciplinar e que tenham incidência no exercício ou não prestígio da função (Art.º 113.º do RDM).

b. O processo de sindicância consiste numa averiguação geral ao funcionamento de um serviço suspeito de irregularidades (Art.º 114.º do RDM).

c. A competência para determinar a realização de ambos os processos pertence ao Chefe de Estado-Maior de que depende o serviço ou o militar suspeitos (Art.º

115.º do RDM), encontrando-se a sua tramitação prevista nos Arts. 116.º e seguintes do RDM.



## CAPÍTULO 6. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

### 601. Meios de Impugnação

Após a Decisão Punitiva, proferida na sequência de Processo Disciplinar, o arguido pode impugnar a mesma por uma de quatro vias:

- Reclamação;
- Recurso Hierárquico;
- Recurso de Revisão;
- Recurso Contencioso.

### 602. Reclamação

- a. A reclamação em matéria disciplinar encontra-se prevista no Art.º 121.º do RDM e nos Arts. 161.º e seguintes do CPA.
- b. A reclamação deve ser feita por escrito, dirigida à entidade decisora, no prazo de 15 dias úteis a contar da notificação do despacho punitivo, nos termos do Art.º 121.º n.º 1 do RDM, conjugado com o disposto no Art.º 162.º do CPA.
- c. A reclamação é facultativa, isto é, não é imposta ao arguido a obrigação de a interpor para recorrer a outros meios impugnatórios, não suspendendo o prazo do recurso hierárquico, o qual corre paralelamente (Art.º 121.º n.º 3 do RDM).

### 603. Recurso Hierárquico

- a. O militar pode interpor recurso hierárquico de decisão que lhe imponha pena disciplinar ou que considere lesiva dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos (Art.º 122.º n.º 1 do RDM).
- b. A interposição de recurso hierárquico realiza-se mediante requerimento escrito, com alegação dos respectivos fundamentos, dirigido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) ou ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o qual deve ser apresentado na entidade recorrida, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão que imponha pena disciplinar, nos termos dos Art.º 122.º e 124.º do RDM, suspendendo a decisão recorrida, o que significa que a pena, em que o militar seja condenado, apenas será cumprida, se apresentado recurso hierárquico, logo que lhe seja negado provimento, conforme resulta da leitura conjugada dos Arts. 51.º n.º 1 e 123.º n.º 1 do RDM, salvo quanto às penas de repreensão e repreensão agravada que

serão cumpridas imediatamente a seguir à decisão que as aplicou (Arts. 51.º n.º 2 e 123.º n.º 1 do RDM).

- c. O requerimento de interposição de recurso e o processo disciplinar devem ser remetidos pela entidade recorrida ao escalão imediatamente superior da cadeia hierárquica em que se insere e sobem até ao Chefe de Estado-Maior competente, passando sucessivamente pelos escalões hierárquicos intermédios, cujos responsáveis se podem pronunciar sobre o mérito do recurso, no prazo de 3 dias úteis a contar da sua recepção (Art.º 124.º n.º 4 do RDM).
- d. A decisão do recurso hierárquico é proferida pelo Chefe de Estado-Maior competente no prazo de 30 dias úteis a contar da recepção do respectivo processo, não cabendo recurso hierárquico desta decisão (Art.º 125.º do RDM), mas sim e apenas recurso contencioso.
- e. Aliás refira-se que, ao abrigo do actual regime do RDM, o recurso hierárquico é necessário, isto é, o arguido apenas poderá recorrer contenciosamente se previamente interpuser recurso hierárquico da decisão em matéria disciplinar, que é o mesmo que afirmar que, o arguido, apenas poderá recorrer contenciosamente da decisão proferida pelo Chefe de Estado-Maior, no âmbito do recurso hierárquico.
- f. Sendo também de assinalar que, de acordo com o disposto no n.º 2 do Artigo 125.º do RDM, das decisões dos Chefes de Estado-Maior nunca cabe recurso hierárquico, mas sim, e apenas, recurso contencioso (cf. Art.º 133.º n.º 1 do RDM).
- g. Por fim, uma última nota, apenas para referir que também ao participante e ao queixoso assiste o direito de interpor recurso hierárquico, no prazo de 5 dias úteis, mas, neste caso, apenas do despacho liminar que mande arquivar a participação e a queixa – Arts. 85.º n.º 4, 89.º n.º 2 e 122.º n.º 2 do RDM.

#### 604. Recurso de Revisão

- a. A revisão do processo disciplinar é admitida quando sejam conhecidos factos ou se verifiquem circunstâncias ou meios de prova susceptíveis de demonstrar a inexistência dos factos que determinaram a punição, bem como a inocência ou menor culpabilidade do militar e que não pudessem ter sido por ele utilizados no processo disciplinar (Art.º 126.º n.º 1 do RDM).



- b. A mera alegação da existência de ilegalidade do processo ou da decisão punitiva, bem como a pretensão de alterar a pena aplicada ou a medida desta, não constituem fundamento de revisão (Art.º 126.º n.ºs 2 e 3 do RDM).
- c. A revisão do processo disciplinar é admitida a todo o tempo, com uma limitação: o prazo de interposição do recurso é de seis meses a contar da data em que o interessado teve conhecimento dos factos, circunstâncias ou meios de prova alegados como fundamento da revisão. Exemplificando: Um militar é punido, em processo disciplinar, em Setembro de 2009; em Janeiro de 2011, toma conhecimento de circunstâncias que podem fundamentar um recurso de revisão da sua punição – poderá interpor recurso de revisão até fim de Junho de 2011 (prazo de 6 meses, após o conhecimento dos factos).
- d. O requerimento de revisão do processo disciplinar pode ser interposto, dirigido ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou ao Chefe de Estado-Maior do ramo, consoante a entidade que tiver aplicado a punição, pelo:
  - (1) Militar punido;
  - (2) Pelos descendentes, ascendentes, cônjuge, irmãos ou herdeiros do militar punido, caso tenha falecido ou se encontre incapacitado.
- e. Nesse requerimento devem ser indicados os factos, circunstâncias ou meios de prova não considerados no processo disciplinar e que justificam a sua revisão (Art.º 127.º n.º 4 do RDM).
- f. Por fim, e quanto aos efeitos da revisão, o RDM dispõe o seguinte (Art.º 132.º do RDM):
  - (1) A revisão do processo disciplinar não suspende o cumprimento da pena;
  - (2) A revisão pode conduzir à confirmação ou à revogação, total ou parcial, da decisão proferida no processo disciplinar, mas não pode, em caso algum, determinar a agravação da pena;
  - (3) A procedência da revisão implica o cancelamento do registo da pena no processo individual do militar e a anulação da pena e eliminação de todos os seus efeitos, mesmo os já produzidos.

605. Impugnação Contenciosa

- a. De acordo com o previsto no Art.º 133.º do RDM, das decisões proferidas pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas ou pelos Chefes de Estado-Maior dos ramos cabe impugnação contenciosa.

- b. Como supra referido, ao abrigo do actual regime do RDM, o recurso hierárquico é necessário, isto é, o arguido apenas poderá recorrer contenciosamente se previamente interpuser recurso hierárquico da decisão em matéria disciplinar, que é o mesmo que afirmar que, o arguido, apenas poderá recorrer contenciosamente da decisão proferida pelo Chefe de Estado-Maior, no âmbito do recurso hierárquico.

## ANEXO A – LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Art.º – Artigo

Arts. – Artigos

Cf. – Conforme

CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CPA – Código do Procedimento Administrativo

CPC – Código de Processo Civil

CPP – Código de Processo Penal

CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos

CRP – Constituição da República Portuguesa

N.º – Número

N.ºs – Números

RDM – Regulamento de Disciplina Militar

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

U/E/O – Unidade (s), Estabelecimento (s) ou Órgão (s)

**Página intencionalmente em branco**

## ANEXO B – REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

**Constituição da República Portuguesa** - Lei Constitucional de 2 de Abril de 1976, com a última alteração introduzida pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

**Regulamento de Disciplina Militar** - Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de Julho.

**Código Penal** - Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 40/2010, de 03 de Setembro.

**Código de Processo Penal** - Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 4/2011, de 16 de Fevereiro.

.

**Código do Procedimento Administrativo** - Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a última alteração introduzida pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

**Código de Processo nos Tribunais Administrativos** - Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

**Código Civil** – Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de Novembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 23/2010, de 30 de Agosto.

**Código de Processo Civil** - Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 43/2010, de 03 de Setembro.